Câmara Municipal

Ata n.º 13/2026

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS / DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO DE CÂMARA DO MANDATO 2025/2029.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, pelas quinze horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente:	José Carlos das Dores Zorrinho
Vereadores:	Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
	Alexandre Manuel Rosa Varela
	Jorge Filipe Traguedo Parreirinha
	Patrícia José Correia Raposinho
	Rúben Filipe Soares dos Santos Rodrigues Migueis
	Jerónimo António Vaqueiro José.

A reunião foi presidida por José Carlos das Dores Zorrinho, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora da Unidade de Administração Geral.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião, **o senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários da Câmara, equipas técnicas, tradutora de língua gestual, público presente, e quem acompanha esta reunião de Câmara nas redes digitais.

Informou, ainda, que **a senhora Vereadora Carmen Carvalheira** e **o senhor Vereador João Oliveira** não iriam estar presentes na reunião, fazendo-se substituir pelos **senhores Vereadores Jorge Parreirinha e Alexandre Varela, respetivamente**. Neste sentido, solicitou a justificação das respetivas faltas as quais, por consenso de todos os Eleitos, foram devidamente justificadas.

De seguida, **o senhor Presidente** propôs que as reuniões agendadas para os dias 6 e 20 de agosto fossem substituídas por uma única reunião, a realizar no dia 13 de agosto. A proposta foi aprovada por unanimidade por todos os membros presentes, ficando assim fixada a reunião do mês de agosto para o dia 13.

Seguidamente, solicitou a inclusão de alguns novos pontos na Ordem do Dia que tomarão o número de ordem **1.21, 1.22, 3.18, 6.3, 6.14, 7.2** e **10.1**, pela urgência dos assuntos.

Perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia, não havendo sugestões deu continuidade à reunião.

A). – Feira de São João.

O senhor Presidente informou que a Feira de São João foi inaugurada no dia 23, às 17 horas, agradecendo a presença de todos os que participaram no ato, salientando que, apesar dos constrangimentos decorrentes da obra em curso no Rossio, o esforço coletivo dos envolvidos tem permitido que a feira decorra com animação e à altura das Festas da Cidade. Agradeceu assim a colaboração de todos e convidou a população a usufruir da programação da Feira de São João.

B). – Dia 29, sessão solene.

O senhor Presidente comunicou que, no dia 29, Dia da Cidade, pelas 10h30, terá lugar no Salão Nobre a habitual sessão solene, convidando desde já os senhores Vereadores a estarem presentes, acrescentando que o assunto será retomado no ponto inicial da Ordem do Dia.

C). – Apresentação pública do Plano de Urbanização da Évora.

O senhor Presidente transmitiu que, no dia 22, teve lugar no Salão Nobre uma apresentação pública do Plano de Urbanização de Évora, atualmente em elaboração, referindo que esta iniciativa marcou o início de um conjunto de ações de dinamização da participação cívica e pública, numa primeira fase informal e, posteriormente, formal. Salientou ainda a instalação de painéis na Feira de São João, destinados a sensibilizar os cidadãos para o debate, e informou que toda a documentação ficará disponível no sítio da internet do Município, apelando à participação dos munícipes, formalmente e informalmente, sublinhando que se trata de um documento em construção, e afirmando que serão promovidos novos contactos com as forças políticas ao longo do processo.

D). – Posse da Casa das Sementes.

O senhor Presidente referiu que o Município de Évora receberá, em cerimónia a realizar no Porto, no dia 2 de julho, a posse da Casa das Sementes, por parte da ESTAMO. Considerou tratar-se de uma excelente notícia para a cidade e referiu que o plano de utilização cultural do espaço, requerido para esse efeito, se encontra em fase de conclusão, sendo oportunamente apresentado.

E). – Cerimónia de assinatura do protocolo com o Fundo Ambiental, para a requalificação e renaturalização do Rossio.

O senhor Presidente informou que está agendada para o dia 7, às 10h30, no Salão Nobre, a cerimónia de assinatura do protocolo com o Fundo Ambiental para a requalificação e renaturalização do Rossio, com a presença da senhora Ministra do Ambiente, podendo verificar-se um eventual ajustamento do horário. Referiu que este protocolo permitirá executar o projeto Rossio II, já apresentado e aprovado, no valor de 3.400.000 euros, com o objetivo de assegurar a sua conclusão antes da abertura da Capital Europeia da Cultura, em articulação com o projeto Rossio I, atualmente em obra, salientando ainda a ligação ao projeto Floresta Nómada, destinado à arborização e renaturalização do Rossio, apresentado pela Fundação Alentejo ao Mecenato, em parceria com o Município de Évora, a Associação Évora 27 e a Fundação holandesa SLEM, titular dos direitos de autor. Acrescentou que o projeto, de natureza artística em 2027, terá continuidade como iniciativa de sombreamento e arborização após esse ano, estando ainda em negociação o financiamento previsto até 2029, estimado em cerca de 8 milhões de euros.

F). – Escola 2/3 Conde de Vilalva | Candidatura ao Banco Europeu de Investimento.

O senhor Presidente comunicou que a Câmara Municipal de Évora submeteu ao Banco Europeu de Investimento uma candidatura para financiamento integral da empreitada de reabilitação da Escola 2/3 Conde de Vilalva, no valor de 3.569.000 euros.

G). – Votos de Saudação do PS.

O senhor Vereador Jerónimo José iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, e em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou os seguintes votos de saudação:

Voto de Saudação a Patrícia Leal Vencedora da Grande Noite de Fado de Santa Maria Maior 2026.

A Câmara Municipal de Évora saúda calorosamente Patrícia Leal, trabalhadora da autarquia, pela sua brilhante vitória na Grande Noite do Fado de Santa Maria Maior 2026, um dos mais prestigiados concursos de fado amador do país. Este reconhecimento distingue o seu talento, dedicação e compromisso com a divulgação e valorização do Fado, expressão maior da cultura portuguesa. A conquista de Patrícia Leal constitui igualmente motivo de orgulho para Évora, projetando o nome da cidade e da região através da excelência artística e contribuindo para a afirmação da nossa identidade cultural. A Câmara Municipal de Évora felicita a fadista por este importante feito e deseja-lhe os maiores sucessos no prosseguimento do seu percurso artístico.
ência artística e contribuindo para a afirmação da nossa identidade cultural. A Câmara Municipal de Évora felicita a fadista por este importante feito e deseja-lhe os maiores sucessos no prosseguimento do seu percurso artístico.
ncia artística e contribuindo para a afirmação da nossa identidade cultural. A Câmara Municipal de Évora felicita a fadista por este importante feito e deseja-lhe os maiores sucessos no prosseguimento do seu percurso artístico.

Voto de Saudação a Iulian Sirbu Medalha de Bronze no Campeonato Mundial de Muay Thai.

A Câmara Municipal de Évora saúda e felicita Iulian Sirbu, atleta do Clube Stone Boys, pela extraordinária conquista da medalha de bronze no Campeonato do Mundo de Muay Thai, realizado na Malásia, um resultado de elevado prestígio que honra o atleta, o seu clube, a cidade de Évora e Portugal. Num contexto de forte competitividade internacional, Iulian Sirbu demonstrou excecional qualidade, determinação, espírito de superação e elevado mérito desportivo, alcançando um notável 3.º lugar mundial. Este feito constitui um exemplo inspirador de dedicação, trabalho e perseverança, refletindo igualmente o importante trabalho desenvolvido pelo Stone Boys na promoção da prática desportiva e na formação de atletas de excelência. A Câmara Municipal de Évora expressa o seu reconhecimento por esta importante conquista, felicitando o atleta, o clube e todos os que contribuíram para este sucesso, e deseja a Iulian Sirbu os maiores êxitos para o futuro.
ão e elevado mérito desportivo, alcançando um notável 3.º lugar mundial. Este feito constitui um exemplo inspirador de dedicação, trabalho e perseverança, refletindo igualmente o importante trabalho desenvolvido pelo Stone Boys na promoção da prática desportiva e na formação de atletas de excelência. A Câmara Municipal de Évora expressa o seu reconhecimento por esta

importante conquista, felicitando o atleta, o clube e todos os que contribuíram para este sucesso, e deseja a Iulian Sirbu os maiores êxitos para o futuro.
nstitui um exemplo inspirador de dedicação, trabalho e perseverança, refletindo igualmente o importante trabalho desenvolvido pelo Stone Boys na promoção da prática desportiva e na formação de atletas de excelência. A Câmara Municipal de Évora expressa o seu reconhecimento por esta importante conquista, felicitando o atleta, o clube e todos os que contribuíram para este sucesso, e deseja a Iulian Sirbu os maiores êxitos para o futuro.
ra o futuro.
Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

H). – Protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José informou que será submetida à apreciação, num dos pontos finais da Ordem do Dia, a revisão, para 2026, do protocolo de colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora, aproveitando para agradecer à associação a sua permanente disponibilidade e o apoio prestado na proteção de pessoas e bens, através da cedência dos meios operacionais, humanos e logísticos necessários aos serviços municipais de proteção civil, designadamente em situações de prevenção, emergência ou crise. Sublinhou assim, o reconhecimento do Município pelo trabalho desenvolvido e pela disponibilidade demonstrada sempre que solicitada a sua colaboração.

I). – Voto de Pesar pelos Sismos na Venezuela.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes que assistem à reunião.

Seguidamente, e em nome dos eleitos do Partido Socialista, apresentou o seguinte voto de pesar:

A Câmara Municipal de Évora manifesta o seu mais profundo pesar pelas trágicas consequências dos sismos que atingiram a Venezuela no dia de ontem, provocando a perda de inúmeras vidas humanas, de um número muito elevado de feridos e danos materiais avultados. Neste momento de grande dor e sofrimento, a Câmara Municipal expressa a sua solidariedade para com o povo venezuelano, endereçando sentidas condolências às famílias das vítimas e desejando uma rápida recuperação a todos os afetados por esta catástrofe.
tem, provocando a perda de inúmeras vidas humanas, de um número muito elevado de feridos e danos materiais avultados. Neste momento de grande dor e sofrimento, a Câmara Municipal expressa a sua solidariedade para com o povo venezuelano, endereçando sentidas condolências às famílias das vítimas e desejando uma rápida recuperação a todos os afetados por esta catástrofe.

A Câmara Municipal de Évora reconhece e valoriza o trabalho das equipas de emergência, proteção civil e voluntários envolvidos nas operações de socorro e assistência às populações atingidas. Perante a dimensão desta tragédia, o Município associa-se ao sentimento de luto e consternação da comunidade internacional, expressando a sua convicção na recuperação das regiões afetadas e no regresso à normalidade das suas populações.
O voto apresentado foi aprovado por unanimidade, tendo sido cumprido um minuto de silêncio.

J). – Espaço da Ludoteca na Feira de São João.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha destacou a participação do Município de Évora na Feira de São João, através do Espaço Educação e da Ludoteca, como uma importante política pública de proximidade, promotora da identidade, do sentimento de pertença e da construção de comunidade, salientando o trabalho desenvolvido em parceria com agrupamentos de escolas, atividades de enriquecimento curricular, instituições educativas e sociais e projetos culturais e artísticos, reforçando a ligação entre educação, cultura e comunidade. Referiu, em particular, a participação do projeto Orquestra Geração Évora Planícies, enquanto exemplo de inclusão e igualdade de oportunidades, sublinhando que a programação teve como objetivos promover o convívio entre famílias, proporcionar momentos de diversão com intencionalidade educativa e afirmar Évora como território educador, valorizando o conhecimento, a criatividade e a participação. No âmbito do tema da Feira de São João 2026, "Évora – Capital Europeia ao Sul", foram desenvolvidas atividades pedagógicas centradas na identidade local e nos saberes tradicionais, incluindo oficinas dedicadas ao pão, ao barro, à lã e ao Monte Alentejano. Destacou ainda o desfile "Évora – Cidade Amiga do Ambiente", que reuniu cerca de 1.500 participantes de 15 instituições educativas e associações do Concelho, constituindo simultaneamente uma ação de sensibilização ambiental, um momento de animação da Feira e a abertura do Espaço Educação, referindo, por fim, as diversas áreas de atividade da Ludoteca, incluindo jogo simbólico, pinturas faciais, jogos tradicionais, construção com materiais reciclados, triciclos, experiências com água e exposições de trabalhos, concluindo que o Espaço Educação e a Ludoteca contribuíram para uma Feira de São João mais inclusiva, educativa e representativa da identidade de Évora.

K). – Vereador Henrique Sim-Sim / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

Seguidamente, e em nome dos eleitos da Coligação AD - Évora Tem Mais Futuro, apresentou os seguintes votos de saudação:

Ao **Agrupamento 37 do Corpo Nacional de Escutas**, pelo seu **90.º aniversário**, uma data marcante que celebra nove décadas de dedicação, serviço, amizade e crescimento ao serviço da comunidade. Ao longo destes 90 anos, sucessivas gerações de escuteiros, dirigentes, caminheiros, pais e amigos contribuíram para construir a história do agrupamento, fazendo dele uma referência na formação dos jovens e na promoção dos valores do escutismo, como a solidariedade, a responsabilidade, a entreajuda e o compromisso com o próximo. O Agrupamento 37 tem desempenhado um papel relevante na educação não formal de centenas de jovens, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e comprometidos com a sociedade. Esta efeméride constitui uma oportunidade para reconhecer o percurso realizado e homenagear todos aqueles que, ao longo dos anos, ajudaram a construir e a fortalecer este projeto.

Ao Francisco Barreiros, com apenas 15 anos, natural de Évora, voltou a fazer história no futebol de formação português ao conquistar o 11.º troféu oficial da sua carreira, coroado com o título de Campeão Nacional ao serviço do FC Porto. Este feito é motivo de orgulho para Évora e constitui o reconhecimento do seu talento, dedicação e trabalho, servindo de exemplo para muitos jovens atletas. Por este notável sucesso desportivo, é expressada uma saudação a Francisco Barreiros, com votos das maiores felicidades pessoais e desportivas para o futuro.

Ao Iulian Sirbu, atleta do clube **Stone Boys**, pela conquista da medalha de bronze no Campeonato do Mundo de Muay Thai, realizado na Malásia. Numa competição de elevado nível, Iulian demonstrou talento, determinação e espírito de superação, alcançando um brilhante 3.º lugar mundial e levando o nome de Évora, de Portugal e do clube Stone Boys ao mais alto nível da modalidade. Esta conquista é o reconhecimento do seu trabalho, dedicação e perseverança, constituindo um exemplo para todos os jovens atletas.

À equipa de Boccia da APCE, pelos excelentes resultados alcançados ao longo da época desportiva 2025/2026, culminando com uma brilhante participação no Campeonato Nacional Absoluto, realizado em Torres Novas. Destacamos a atleta **Madalena Pombeiro**, que conquistou um meritório **3.º lugar nacional**, bem como os atletas **Filipe Mendes e José Grilo**, que alcançaram, respetivamente, **o 5.º** e **o 7.º lugares** na competição. Estes resultados encerram uma época de grande
sucesso para a APCE, marcada pela conquista de títulos, pódios e pela qualificação dos seus atletas para as principais competições nacionais, demonstrando o talento, dedicação e espírito de superação de todos os envolvidos. Expressamos o nosso reconhecimento aos atletas, equipa técnica, dirigentes e familiares pelo trabalho desenvolvido, que dignifica a APCE e constitui um exemplo de inclusão, perseverança e excelência desportiva.

À equipa de Cadetes Femininas do Juventude Sport Clube, pela conquista da **Taça AVAL**, alcançada após uma final muito disputada frente ao AD Fénix Loulé. Num jogo marcado pelo equilíbrio e competitividade, as jovens atletas demonstraram talento, determinação e um notável espírito de equipa, conquistando com inteiro mérito este importante troféu. Esta vitória representa o reconhecimento do trabalho, dedicação e empenho das atletas, equipa técnica e de todos aqueles que contribuem diariamente para o desenvolvimento da modalidade. Expressamos o nosso reconhecimento à equipa técnica do Juventude Sport Clube e a todos os envolvidos por esta excelente conquista desportiva.
Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim começou por se associar às palavras proferidas pelo senhor Vereador Jerónimo José, relativamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora, dirigindo uma saudação especial à equipa de bombeiros que esteve recentemente no combate aos incêndios em Loulé e que regressou nesse dia, agradecendo o seu espírito de solidariedade e de serviço, manifestando ainda o seu reconhecimento aos bombeiros que, durante os 13 ou 14 dias da Feira de São João, permanecem diariamente no recinto, prestando assistência a eborenses, visitantes e turistas.

Relativamente à Feira de São João, saudou todos os trabalhadores municipais envolvidos na sua preparação e realização, reconhecendo o esforço acrescido desenvolvido durante os dias de montagem, marcados por temperaturas elevadas, dirigindo igualmente uma saudação às associações, agentes económicos e entidades institucionais presentes no certame, destacando o seu contributo para a dinamização das áreas institucional, gastronómica, educativa e agrícola, bem como a todos os que visitam a feira. Questionou o senhor Presidente sobre se o orçamento previsto de 800.000 euros correspondia ao custo final da feira, considerando que os procedimentos publicados no BASE.gov já ultrapassavam os 600.000 euros, aos quais acresceriam outras despesas. Perguntou ainda, se os procedimentos de contratação pública estavam a ser realizados dentro dos prazos legais e se existia o risco de surgirem encargos ou outras surpresas posteriormente.

Em seguida, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** referiu a persistência de inúmeras queixas relativas à limpeza urbana, nomeadamente quanto à permanência de monos durante vários meses

nos mesmos locais, considerando que esta situação tem sido recorrente nas reuniões de Câmara e questionou o senhor Presidente sobre as novas estratégias e intervenções previstas para melhorar a limpeza e assegurar que a cidade apresente o nível de qualidade que merece.

Seguidamente, questionou o ponto de situação do processo de legalização do Bairro do Bacelo dos Pretos e de outras zonas da cidade que permanecem por regularizar, recordando que, no mandato anterior, foram realizados esforços e alguns avanços, mas sem concretização definitiva, sublinhando a urgência da resolução desta questão, tendo em conta que muitos dos moradores são pessoas idosas e receiam que, com o passar dos anos, se agravem as dificuldades na regularização das suas situações.

Relativamente ao novo Hospital Central do Alentejo, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** questionou o ponto de situação da obra dos acessos ao novo Hospital, recordando que o protocolo havia sido assinado há vários meses e que, na altura, se previa o avanço do projeto, referindo que a empreitada relativa ao abastecimento de água e saneamento já tinha avançado, mas solicitou esclarecimentos sobre o estado das obras rodoviárias, designadamente quanto ao que ainda falta para a sua concretização.

Em seguida, referiu a nota pública divulgada sobre a intervenção na Arena de Évora, no âmbito do PRR, salientando que a intervenção prevista, financiada a 100%, incide exclusivamente sobre a componente acústica. recordando que, há cerca de um ano, havia alertado o senhor Presidente para a importância de acautelar igualmente a climatização do equipamento. Lamentou que não tenha sido aproveitada essa oportunidade, considerando que o PRR não será integralmente executado e que a melhoria da climatização teria contribuído para dotar a Arena de melhores condições ao serviço dos eborenses, designadamente no âmbito da Capital Europeia da Cultura, concluindo, assim, que Évora perdeu mais uma oportunidade de qualificar os seus equipamentos.

Seguidamente, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** questionou o senhor Presidente sobre as diligências que têm sido desenvolvidas relativamente ao projeto do Pavilhão Multiusos, reafirmando que considera este equipamento fundamental para a cidade de Évora e que a sua concretização não deve ser abandonada, recordando que estava previsto no âmbito de Évora 2027. Sublinhou a necessidade de continuar a trabalhar no projeto e de definir o seu futuro, solicitando esclarecimentos sobre as ações atualmente em curso.

Para finalizar, referiu a manifestação de crianças e pais da Escola Básica do Chafariz d'El Rei ocorrida na Feira de São João e contestou as declarações do senhor Presidente relativamente ao financiamento do Governo, considerando que não correspondem à verdade. Questionou o ponto de situação e as perspetivas para o futuro da escola, nomeadamente quanto aos projetos e intervenções previstos, apelando ainda ao reforço do diálogo com os pais e encarregados de educação, docentes e auxiliares, referindo que uma reunião anteriormente prevista com a senhora Vereadora não terá ocorrido. Sublinhou a importância de estabelecer um canal de comunicação tranquilo e positivo, que permita às famílias e à comunidade educativa conhecer as soluções em preparação e as intervenções em curso, contribuindo para uma maior tranquilidade de todos.

Em resposta às questões abordadas, **o senhor Presidente** começou pela Feira de São João, esclarecendo que a estimativa de orçamento inicialmente apresentada, de cerca de 800.000 euros, poderá ser ligeiramente ultrapassada no final do certame, assegurando, contudo, que os procedimentos têm sido realizados de forma adequada e que não existem dívidas por pagar, encontrando-se o acompanhamento financeiro sob controlo. Referiu ainda o aumento significativo dos custos de diversos materiais e estruturas necessários à realização da feira,

salientando que o Município tem procurado assegurar que o investimento não ultrapasse as suas possibilidades financeiras.

No que toca à questão do Hospital Central do Alentejo, **o senhor Presidente** informou que, no dia 23, teve lugar uma reunião com o IMT sobre a transferência para a gestão municipal de uma nova delimitação dos 300 metros da EN114, tendo sido alcançado um entendimento que permitiu simplificar os procedimentos exigidos e que deverá permitir ultrapassar, em breve, este constrangimento, referindo que o processo está a decorrer com normalidade, através de uma forte articulação entre a ACSS, a CCDR, a Câmara Municipal de Évora e a ULSAC, existindo uma equipa técnica de acompanhamento, da parte do Município constituída pelo Arq. Pedro Fogaça e pela Dra. Dina Campino. Informou ainda que foi possível avançar na resolução da questão da ligação elétrica ao Hospital, na sequência de negociações entre a E-Redes, o Município e as restantes entidades envolvidas, tendo o projeto sido ajustado para reduzir o impacto sobre as vias e a cidade, quer em termos de traçado, quer de calendário, prevendo-se o seu arranque em breve. Identificou como principal constrangimento a nova exigência do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) relativa à conclusão do processo de expropriações, quando anteriormente seria suficiente uma garantia, situação que poderia provocar um atraso de alguns meses. Sublinhou, contudo, que todas as entidades envolvidas estão empenhadas em ultrapassar este obstáculo e em assegurar que, até ao final de 2027, o Hospital Regional do Alentejo disponha das acessibilidades e das infraestruturas necessárias ao seu funcionamento, designadamente gás, telecomunicações e eletricidade.

Relativamente à Arena de Évora, esclareceu que o Município candidatou ao PRR todas as componentes elegíveis, tendo em conta que o programa é gerido pelo Instituto do Património e está direcionado para intervenções de natureza patrimonial e cultural, referindo que algumas intervenções pretendidas, designadamente na área da climatização, não eram elegíveis no âmbito do modelo contratual aplicável, pelo que serão procuradas outras formas de financiamento.

Em continuação, e no que toca ao Pavilhão Multiusos, **o senhor Presidente** lamentou não ter sido possível integrá-lo no PRR e considerou pouco provável que uma obra estimada entre 20 e 24 milhões de euros possa ser enquadrada no atual programa operacional 20/30, sublinhando contudo, que o Município mantém como prioridade a concretização do equipamento, estando a desenvolver contactos para identificar modelos alternativos de financiamento, incluindo a possibilidade de concessão, ou, em alternativa, de recorrer a oportunidades de financiamento que surjam no próximo ciclo de programação.

O senhor Vereador Alexandre Varela solicitou a palavra para salientar o trabalho já desenvolvido, incluindo a contratação de um gabinete de arquitetura conceituado para a elaboração do projeto, entendido como uma pré-qualificação para permitir o avanço do processo logo que fosse assegurado financiamento, esclarecendo que nunca foi assumido que o financiamento seria através do PRR, atendendo aos prazos reduzidos. Sublinhou que o projeto poderá ser adaptado às necessidades que venham a ser identificadas, manifestando confiança na abertura do Gabinete de Arquitetos Aires Mateus para essa possibilidade, reafirmando, contudo, a importância dos compromissos anteriormente assumidos, considerando o Pavilhão Multiusos um projeto estruturante e âncora para Évora, quer pela criação de um equipamento de elevada relevância, quer pela oportunidade de regeneração urbana da zona Norte, junto à rotunda de Avis. Por fim, sugeriu o diálogo entre a ex-Ministra da Coesão Territorial e o atual Ministro, tendo em vista assegurar o cumprimento e a continuidade dos compromissos previamente estabelecidos para o projeto.

Em resposta, **o senhor Presidente** reafirmou que o Pavilhão Multiusos continua a ser uma prioridade para o Executivo, salientando que a sua centralidade e localização não foram postas em causa nas discussões entre as diferentes forças políticas, encontrando-se igualmente prevista no Plano de Urbanização de Évora, ainda em elaboração. Referiu que o objetivo é manter o equipamento naquele local, com um projeto melhorado e adequado às necessidades, ficando a sua concretização dependente da identificação e obtenção do financiamento necessário.

Relativamente à Escola Básica do Chafariz d'El Rei, **o senhor Presidente** esclareceu que as suas anteriores declarações sobre o apoio do Governo na sequência das intempéries se limitaram a constatar que, ao contrário do sucedido noutras áreas e regiões, o Município de Évora e o Alentejo Central não receberam financiamento para a recuperação de infraestruturas como escolas, pavilhões desportivos ou estradas, referindo que a CIMAC efetuou um levantamento das necessidades, remetido à CCDR e ao Governo, tendo sido obtida resposta apenas relativamente a intervenções na área da agricultura. Informou que o processo de intervenção na escola está em curso. Esclareceu que o levantamento aprofundado das necessidades de segurança revelou a exigência de uma intervenção mais abrangente do que o inicialmente previsto, exigindo o acautelamento do suporte financeiro e o lançamento do respetivo procedimento contratual, atualmente a decorrer. Reafirmou que todo o processo continuará a ser conduzido em permanente diálogo com os encarregados de educação e professores. Quanto à não realização de uma reunião antes da Feira de São João, justificou que tal ficou a dever-se a um mal-entendido sobre a sua confirmação, acrescentando que foi endereçado um posterior convite à Associação de Pais para um agendamento que, no entanto, não se concretizou.
Sublinhou que o Município manterá uma atitude de diálogo permanente e que a segurança e o bem-estar das crianças e das famílias constituem a prioridade, rejeitando a ideia de ter abandonado o seu compromisso com a educação e reafirmando a determinação em resolver os problemas existentes.

Em resposta, **o senhor Vereador Henrique Sim-Sim** considerou que as declarações do senhor Presidente correspondiam ao entendimento de que o Município deveria beneficiar dos apoios governamentais destinados aos danos provocados pelas intempéries, salientando, contudo, que o período abrangido por esses apoios corresponde aos meses de janeiro e fevereiro, enquanto os danos na escola ocorreram anteriormente. Referiu ainda o valor de cerca de 200 mil euros entretanto indicado para a intervenção e defendeu que o Município deve assumir esse esforço, considerando igualmente importante a solidariedade para com as regiões do Centro afetadas pelas intempéries, questionando por outro lado, os valores constantes do levantamento de danos no Concelho de Évora. Recordou, assim, que foram reportados cerca de 1,7 milhões de euros em património cultural classificado, 370 mil euros em calçadas do Centro Histórico, 457 mil euros no Canil Municipal, 107 mil euros na Proteção Civil e 1,4 milhões de euros nas escolas, manifestando dúvidas quanto à forma como estes montantes foram calculados e solicitou ao senhor Presidente esclarecimentos sobre a respetiva metodologia e fundamentação, considerando que alguns dos valores indicados não parecem corresponder aos danos que identificou no terreno.

Relativamente ao levantamento dos danos provocados pelas intempéries, **o senhor Presidente** rejeitou a ideia de falta de solidariedade do Alentejo Central para com a região Centro, salientando que o Alentejo Central foi reconhecido pelo apoio prestado às zonas afetadas, esclarecendo que a questão colocada pelo Município se prende com o facto de os municípios terem recebido da CCDR e do Governo, em prazos muito reduzidos, formulários para identificação dos prejuízos, que foram preenchidos e remetidos pelas entidades competentes, tendo posteriormente sido divulgados os respetivos valores, contudo, referiu que, apesar desse levantamento, o Município de Évora não recebeu apoios para várias das áreas identificadas.

Sublinhou que a prioridade atribuída à região Centro não é contestada, nem se pretende retirar recursos às zonas mais afetadas, mas apenas que sejam consideradas as necessidades das restantes regiões relativamente aos prejuízos que lhes foram solicitados e reportados, acrescentando que, até ao momento, apenas foram obtidas respostas relativamente aos impactos na área agrícola, permanecendo sem apoio as restantes áreas identificadas.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho salientou que o problema existe desde novembro, considerando importante clarificar que os danos decorrentes das intempéries estão a ser aproveitados como eventual oportunidade de financiamento para a intervenção, sem deixar de reconhecer que se trata de um problema estrutural da escola, recordando ainda os cerca de 230 mil euros anteriormente referidos para intervenções escolares. Salientou que o atual orçamento previsto para a Escola Básica do Chafariz d'El Rei rondará os 260 a 280 mil euros, sublinhando a necessidade de centrar a discussão nas crianças, nos pais e nas condições educativas, manifestando preocupação com a solução prevista para setembro, nomeadamente pela integração dos alunos numa escola de maior dimensão, pelas questões comportamentais e de relacionamento identificadas e pela necessidade de garantir condições adequadas de recreio, incluindo uma zona isolada e com sombreamento, Defendeu que estas soluções devem ser devidamente planeadas e dimensionadas, atendendo ao período indeterminado em que poderão ser necessárias, e que os representantes dos pais devem ser envolvidos em reuniões regulares para encontrar melhores soluções. Referiu ainda divergências quanto ao momento em que foi conhecido o dano estrutural da escola, salientando que os pais terão sido informados dessa situação já numa reunião realizada em abril, considerando por fim que poderiam ter sido tomadas opções de contenção noutras áreas de despesa municipal, nomeadamente em festas e concertos, de forma a canalizar recursos para a recuperação da escola.

Em resposta, **o senhor Presidente** agradeceu a sugestão apresentada relativamente à contenção de despesas com festas e outras iniciativas, salientando, contudo, que se trata de matérias igualmente importantes e que a Escola Básica do Chafariz d'El Rei nunca deixou de constituir uma prioridade para o Executivo. Reafirmou a disponibilidade para manter o diálogo com os pais e a comunidade educativa sempre que necessário, reiterando que ocorreu um mal-entendido que impediu a realização de uma reunião e manifestando o compromisso de evitar situações semelhantes no futuro. Sublinhou que a prioridade é encontrar soluções para os problemas das crianças e das famílias.

No que toca à limpeza urbana e à recolha de resíduos e monos, **o senhor Vereador Jerónimo José** informou que a recolha de resíduos em contentores se encontra estabilizada, através da articulação entre os serviços municipais e a GESAMB, embora persistam algumas situações no Centro Histórico, sobretudo entre sábado à noite e segunda-feira, que serão objeto de intervenção futura. Quanto aos monos, explicou que estão a ser implementadas várias medidas, começando pela criação de uma zona de atendimento que permita o contacto direto dos munícipes com os serviços e pela reorganização dos recursos e horários de trabalho, prevendo-se a realização de recolhas entre as 8h00 e as 22h00, incluindo aos fins de semana. Para esse efeito, será criada uma zona de transição e separação de resíduos, permitindo evitar o encaminhamento de resíduos diferenciáveis como indiferenciados para aterro e os respetivos custos para o Município, bem como disponibilizar um local onde os munícipes possam depositar determinados resíduos. Referiu ainda o reforço da fiscalização e das ações de sensibilização, através de uma equipa especificamente preparada para esse efeito, informando que está igualmente prevista a instalação de sensores nos contentores, permitindo acompanhar o seu estado, nível de enchimento, higienização, deterioração e situações de deposição indevida, bem como otimizar as rotas de recolha através de ferramentas de inteligência artificial. Acrescentou que se encontra em fase final o procedimento para aquisição de novos contentores, destinados a substituir ou relocalizar

os que se encontram degradados, reconhecendo que os resultados atuais estão aquém da ambição do Município e que existe insatisfação também por parte dos trabalhadores. No entanto, manifestou confiança de que as medidas em implementação permitirão melhorar progressivamente a resposta dos serviços e a imagem da cidade.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim agradeceu ao senhor Vereador Jerónimo José os esclarecimentos prestados sobre a limpeza urbana, nomeadamente quanto ao reforço da fiscalização, melhoria das rotas, aquisição de novos contentores e utilização de ferramentas de inteligência artificial. Manifestou, contudo, ceticismo quanto à eficácia das medidas anunciadas, considerando que, apesar das explicações apresentadas, a situação se mantém praticamente inalterada e que os munícipes começam a duvidar de uma efetiva melhoria. Concluiu manifestando a expectativa de que as medidas previstas produzam resultados.

L). – Vereador Alexandre Varela / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Alexandre Varela iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.
Seguidamente, e em nome da CDU apresentou os seguintes votos de saudação:

Voto de Saudação ao Desporto Eborense, Distinguido na Gala do Desporto.
Criada para valorizar, promover e reconhecer o mérito desportivo de atletas, treinadores, equipas e dirigentes, a 19.ª Gala do Desporto do Alentejo Central realizada no passado dia 13 de junho veio uma vez mais confirmar a vitalidade, qualidade e afirmação do desporto eborense no panorama regional, nacional e internacional.
Dos 6 Prémios Prestígio, 4 foram entregues a personalidades e entidades eborenses: Raquel Cabaço, João Ferrão, Lusitano Ginásio Clube e Clube Stone Boys. E, do total de 126 homenagens, os clubes atletas e equipas de Évora arrecadaram 64, representando metade das distinções da Gala do Desporto (50,79%). Este desempenho não é de agora e demonstra uma tendência observada há vários anos que é demonstrativa do ecletismo e da qualidade nas inúmeras modalidades desportivas praticadas em Évora.
Está o desporto eborense de parabéns, numa demonstração de que o trabalho realizado nos últimos anos está a dar frutos, e que é sempre possível melhorar. Para isso, cabe também ao Município de Évora manter e, se possível, alargar os apoios aos clubes desportivos, na certeza de que esse é um investimento nos jovens, no movimento associativo e na cidadania.

Voto de Saudação à União Desportiva Machedense.
A Câmara Municipal de Évora saúda a União Desportiva Machedense, pela organização do 5ª Sarau Gímnico.
Este evento, que tem o apoio da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede, e que reúne dezenas de jovens atletas, é uma celebração do desporto, da dança e do espírito desportivo.
É também um exemplo de como motivar mais jovens para a prática do desporto, promovendo a saúde física e mental e a socialização e é revelador da importância que deve ser reconhecida ao movimento associativo popular pelo seu papel fundamental na resposta ao acesso universal a esta prática.

Voto de Saudação ao Patinador Guilherme Roseiro.
Saudação ao jovem patinador eborense Guilherme Roseiro pelo fantástico resultado alcançado em Itália, na final da World Cup de Patinagem Artística, na categoria de cadete, em representação de Portugal. No passado dia 28 de maio, a Câmara Municipal de Évora já tinha deliberado uma saudação similar, acrescida dos votos de sucesso para a competição que

consagrou internacionalmente o Guilherme com o 3º lugar numa grande competição internacional.

Voto de Saudação ao Atleta Iulian Sirbu e ao Clube Stone Boys.
O percurso ímpar do Clube Stone Boys justifica uma menção especial pelo trabalho de grande alcance realizado ao longo dos últimos anos em Évora, projetando atletas eborenses para o nível nacional e internacional.
A recente medalha de bronze conquistada pelo jovem Iulian Sirbu no Campeonato do Mundo de Muay Thai realizado na Malásia confirmou o excelente momento desta modalidade em Évora, representada ao mais alto nível numa grande competição internacional.
Este enorme desempenho do Iulian é o reflexo de anos de dedicação e empenho individual e coletivo, pelo que também estão de parabéns todos os colegas, técnicos e dirigentes do Stone Boys.

Voto de Saudação a Fadista Patrícia Leal.
Saudação à fadista Patrícia Leal Boteta pela comemoração de 30 anos de carreira de fado, celebrada com a conquista do primeiro lugar na Grande Noite do Fado ocorrida no Teatro de S. Luís em Lisboa, no passado dia 1 de junho. Em 16 finalistas, Patrícia Leal conquistou o júri com o tema «Fado de cada um», um tema escrito por Silva Tavares, imortalizado por Amália Rodrigues no filme "História de uma Cantadeira", realizado por Perdigão Queiroga em 1948.
Muitos parabéns à Patrícia Leal que, desta forma, contribui para a projeção de Évora e do Fado.
Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

De seguida, no que concerne às informações dadas pelo senhor Presidente, **o senhor Vereador Alexandre Varela** questionou as condições em que será concretizada a cedência da Casa das Sementes pela ESTAMO ao Município, designadamente quanto às eventuais contrapartidas financeiras ou de outra natureza, atendendo às condições anteriormente exigidas pelo Estado para este tipo de cedências. Perguntou ainda se existem conversações com vista à utilização de outros imóveis devolutos do Estado, nomeadamente a Manutenção Militar e a antiga Fábrica dos Azeites. Relativamente ao Viveiro Municipal, questionou igualmente o ponto de situação, recordando que o Município aprovou uma alteração pontual ao Plano de Urbanização com vista a permitir a afetação daquele espaço a habitação.

Seguidamente, manifestou dúvidas relativamente à referência efetuada ao Fundo Ambiental e ao projeto do Rossio, designadamente quanto à articulação com a proposta de protocolo com o Fundo Ambiental para o projeto Floresta Nómada que consta da Ordem do Dia, solicitando esclarecimentos sobre a relação entre as diferentes iniciativas e sobre o papel da Fundação Alentejo no projeto.

O senhor Vereador Alexandre Varela questionou o ponto de situação do projeto do viaduto da Garraia, no nó entre a Estrada Nacional 18 e o Caminho Municipal 1090, salientando a sua articulação com a intervenção na rede de abastecimento de água em curso. Referiu que uma das questões fundamentais é a passagem da conduta de água sob a linha de caminho de ferro, tendo a IP inicialmente exigido a realização de uma perfuração subterrânea, contudo, no âmbito do novo projeto do viaduto, a IP terá admitido a possibilidade de prever negativos na infraestrutura para a passagem da conduta, o que permitiria ao Município poupar cerca de 100.000 euros. Solicitou, assim, esclarecimentos sobre o desenvolvimento do processo e sobre a existência de algum compromisso da IP quanto a prazos ou calendarização para a execução da obra, salientando a importância da articulação entre as entidades na concretização do projeto de abastecimento de água às zonas da Garraia, Sisuda e Boa Morte.

Em seguida, questionou se o Município de Évora apresentou pronúncia junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente às zonas de aceleração para a implantação de energias renováveis, cujo prazo de participação dos municípios terminou no passado dia 28 de maio.

Para finalizar, **o senhor Vereador Alexandre Varela** questionou o ponto de situação da intervenção de abastecimento de água em Nossa Senhora de Machede, realizada em articulação com um projeto particular para assegurar o fornecimento de água a um hotel e, simultaneamente, a algumas comunidades localizadas ao longo da conduta, nomeadamente na zona da antiga estação de Caminhos de Ferro. Referiu que, estando aparentemente concluídas as intervenções da parte do hotel e da Câmara, permanece por concretizar a pavimentação dos troços da aldeia afetados pela abertura de valas para instalação da conduta, questão que tem sido igualmente sinalizada pela Presidente da Junta de Freguesia, solicitando assim, esclarecimentos sobre o ponto de situação, considerando que, tanto quanto sabe, a Câmara terá já regularizado a sua situação com a empresa responsável.

Em resposta às questões colocadas, **o senhor Presidente** começou por esclareceu que a Casa das Sementes se encontra registada em nome da ESTAMO e que, na sequência das reuniões realizadas com aquela entidade, ficou acordada a sua cedência ao Município para o desenvolvimento de um projeto cultural, sem contrapartida financeira, estando o Município a preparar uma proposta concreta que será oportunamente apresentada, sublinhando que a utilização do espaço será entendida num sentido amplo de cultura, podendo abranger, designadamente, áreas relacionadas com o arquivo e outras valências, salientando as potencialidades e a qualidade do imóvel. Referiu ainda que o Município sinalizou outros imóveis devolutos do Estado, nomeadamente a Manutenção Militar, a Casa do Azeite e o antigo Iroma, esclarecendo que a Manutenção Militar, embora registada na ESTAMO, permanece afeta às Forças Armadas, enquanto a Casa do Azeite, igualmente registada na ESTAMO, permanece afeta ao IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.), pelo que a respetiva transmissão depende da articulação entre várias entidades. Acrescentou que, relativamente ao Iroma, foi transmitido ao Município que a cedência dependerá da existência de contrapartidas, estando estas matérias em análise e negociação, aproveitando ainda para salientar a qualidade do relacionamento institucional mantido pelo Município com as diferentes forças políticas e entidades governamentais, considerando que tem existido diálogo e disponibilidade para procurar soluções conjuntas, apesar dos constrangimentos decorrentes dos procedimentos administrativos e de contratação pública.

Em seguida e sobre a questão colocada sobre a pronúncia dos municípios no âmbito das zonas de aceleração para a implantação de energias renováveis, **o senhor Presidente** informou que irá obter a respetiva informação e transmiti-la posteriormente.

Relativamente à questão do projeto do Rossio e ao Fundo Ambiental, **o senhor Presidente** esclareceu a articulação entre o projeto de requalificação e rearborização do Rossio e o projeto Floresta Nómada, explicando que a intervenção global será desenvolvida em três módulos, sendo que o primeiro corresponde à componente financiada pelo PRR, atualmente em execução, enquanto o Fundo Ambiental financiará a segunda fase, destinada à conclusão da requalificação do Rossio, referindo que a instalação das árvores da Floresta Nómada, embora prevista no projeto global e articulada com a intervenção do Fundo Ambiental, não será financiada por este, mas através de uma ARI Cultural. Esclareceu que a Fundação Alentejo será a entidade recetora da ARI Cultural, tendo como parceiros o Município de Évora, a Associação Évora 27 e a Fundação SLEM, sendo o projeto executado ao longo de quatro anos pela Fundação Alentejo, que assegurará a remuneração dos serviços prestados pelas três entidades. Concluiu que, embora

se trate de dois projetos distintos, a sua articulação permitirá concretizar uma intervenção global de renaturalização e rearborização do Rossio.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim questionou o senhor Presidente sobre o orçamento previsto para o projeto Floresta Nómada, procurando confirmar se o montante estimado de cerca de 8 milhões de euros, a executar ao longo de quatro anos, será integralmente destinado a este projeto, referindo que tinha entendido que o financiamento através do instrumento ARI poderia abranger diferentes dimensões da área cultural, nomeadamente a reutilização de património e atividades artísticas, solicitando esclarecimentos sobre a afetação daquele montante à Floresta Nómada.

Em resposta, **o senhor Presidente** esclareceu que o financiamento através da ARI não constitui uma verba do Município de Évora nem da Associação Évora 27, sendo obtido através do mecanismo de financiamento associado aos vistos culturais, explicando que este modelo não funciona numa lógica de financiamento competitivo entre diferentes projetos, pelo que os cerca de 8 milhões de euros previstos para a Floresta Nómada não poderiam ser livremente redirecionados para outras intervenções. Comparou esta situação com outros financiamentos específicos, como o previsto para a recuperação das Termas Romanas, salientando que cada financiamento está associado a uma determinada finalidade, acrescentando que, caso o Município estabeleça acordos com outras organizações ou empresas e reúna condições para captar financiamentos através do mesmo mecanismo, poderá desenvolver outros projetos culturais com recurso a essas fontes de financiamento.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente e afirmou que a sua questão anterior visava apenas confirmar o montante de cerca de 8 milhões de euros previsto para a Floresta Nómada, questionando, contudo, se existem outras iniciativas ou propostas de financiamento através de ARI destinadas a outras áreas da cultura no território, considerando as diversas necessidades existentes nesse domínio. Sublinhou que compreende os constrangimentos e as opções associados aos diferentes instrumentos de financiamento, pretendendo apenas saber se estão a ser desenvolvidas outras candidaturas ou propostas desta natureza, atendendo ao envolvimento do Município neste processo.

O senhor Presidente respondeu que o Município se encontra aberto ao modelo de financiamento através de mecenato e ARI, não existindo, neste momento, nenhum projeto concreto em desenvolvimento. Referiu que o modelo poderá ser utilizado através da CIMAC ou tendo o próprio Município como entidade gestora de uma ARI, saudando ainda a iniciativa da Associação Évora 27 de procurar aplicar este modelo à recuperação do Convento Novo. Sublinhou a importância de avaliar a credibilidade e consistência de cada projeto, salientando que a Floresta Nómada assenta numa iniciativa já concretizada, com direitos de autor, credibilidade e auditoria, reafirmando, por fim, a disponibilidade para analisar outras propostas e projetos suscetíveis de obter financiamento através deste mecanismo.

O senhor Vereador Alexandre Varela solicitou que os termos do acordo e do respetivo protocolo na área da cultura sejam oportunamente apresentados à Câmara, tendo em conta os projetos e os valores de investimento que têm vindo a ser anunciados, sublinhando a importância de os Vereadores conhecerem antecipadamente as iniciativas e compromissos previstos, sobretudo quando envolvem matérias que ultrapassam as competências municipais, bem como intervenções que integram diretamente as competências do Município, designadamente no espaço público.

Relativamente à questão do viaduto, **o senhor Vereador Jerónimo José** informou que a solução atualmente em análise, para a passagem da conduta de abastecimento de água, é a anteriormente exigida pela Infraestruturas de Portugal (IP), através de perfuração horizontal sob a via, referindo que estava prevista uma reunião com a IP, na qual esta questão seria abordada, mas que os contactos foram temporariamente interrompidos devido à necessidade de a entidade concentrar os seus recursos nas zonas mais afetadas pelas intempéries, prevendo-se a sua retoma em breve. Acrescentou que foi também equacionada a possibilidade de utilização do próprio viaduto para a passagem da conduta, mas que essa solução dependerá do desenvolvimento da obra, salientando que o abastecimento de água à zona da Garraia não poderá ficar dependente da conclusão do viaduto, pelo que deverá ser adotada, previsivelmente, a solução inicialmente proposta pela IP.

Relativamente à conduta de abastecimento de água no caminho da estação de Nossa Senhora de Machede, informou que, tanto quanto é do seu conhecimento, a obra ainda não foi entregue ao promotor privado, referindo que foi recentemente realizado um teste de pressão, no qual terá sido detetada uma rutura, sendo necessário proceder às respetivas correções e realizar novo teste antes da entrega da obra. Esclareceu que a intervenção inclui a repavimentação dos troços afetados e que, após a conclusão e entrega da obra, poderá avançar a intervenção destinada à resolução do abastecimento de água na zona da estação.

O senhor Vereador Alexandre Varela, relativamente à repavimentação do troço em Nossa Senhora de Machede, salientou que uma parte da empreitada, localizada na aldeia, foi contratada e paga pelo Município, sublinhando que, enquanto dono da obra e entidade fiscalizadora, o Município deve exigir ao empreiteiro a reparação adequada do troço, atendendo à sua utilização diária por centenas de pessoas e aos riscos de danos em veículos e de acidentes.

M). – Vereadora Patrícia Raposinho / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.
Seguidamente, em nome dos eleitos da Coligação AD - Évora tem mais futuro, apresentou os restantes votos de saudação:

Ao Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, celebrado anualmente a 17 de junho desde 1995, por iniciativa das Nações Unidas, o Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca visa sensibilizar para a importância da cooperação internacional na prevenção da degradação dos solos e no combate aos efeitos da seca, desafios cada vez mais agravados pelas alterações climáticas. A desertificação e a escassez de água representam ameaças significativas para os ecossistemas, a produção alimentar e a qualidade de vida das populações, tornando essencial a adoção de políticas e práticas que promovam a utilização sustentável dos recursos naturais e reforcem a resiliência dos territórios. Assinala-se esta data reconhecendo a importância de todas as iniciativas que contribuem para a proteção do ambiente, a preservação dos solos e a gestão eficiente da água, fundamentais para garantir um futuro mais sustentável para as gerações presentes e futuras.

Ao Dia Mundial do Dador de Sangue, celebrado anualmente a 14 de junho, uma data que homenageia todos aqueles que, de forma voluntária e solidária, contribuem para salvar vidas através da dádiva de sangue. Ser dador é um gesto de enorme generosidade e cidadania, que faz a diferença na vida de milhares de
pessoas que dependem diariamente deste ato para tratamentos, cirurgias e situações de emergência. Neste dia, saúda-se e agradece-se a todos os dadores de sangue pelo seu exemplo de

altruísmo e solidariedade, incentivando igualmente a participação de novos dadores nesta causa tão nobre. É igualmente justo destacar o papel fundamental desempenhado pela Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Évora, cuja ação tem sido determinante na promoção da dádiva de sangue, na sensibilização da comunidade e na organização de inúmeras recolhas ao longo dos anos. O seu trabalho persistente, assente no voluntariado, na dedicação e no espírito de serviço público, constitui um exemplo de compromisso cívico e uma contribuição inestimável para a saúde e bem-estar da população.
Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Prosseguiu, referindo que, na sequência de uma visita à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Évora, verificou a existência de necessidades de intervenção e realização de obras na respetiva sede, solicitando que o Município se inteirasse da situação e avaliasse as possibilidades de apoio, atendendo ao papel relevante desempenhado pela Associação na área da saúde e do apoio à comunidade. Questionou ainda o ponto de situação relativamente à atribuição de sedes a associações do Concelho, referindo que várias entidades têm manifestado interesse e pedido reuniões com o Município, solicitando informação sobre a listagem de associações a contemplar, os espaços disponíveis e as sedes que se prevê atribuir ainda durante o presente ano, sugerindo igualmente que, sempre que possível, a localização das sedes tenha em consideração a natureza e área de atividade das associações, contribuindo para a dinamização social e cultural das diferentes zonas da cidade.

Também numa visita às instalações do serviço de higiene e limpeza urbana, **a senhora Vereadora Patrícia Raposinho** referiu a necessidade de melhorar a organização e gestão do espaço, tendo em vista uma maior eficácia na limpeza da cidade, manifestando, contudo, particular preocupação com as condições de salubridade das instalações onde trabalham as equipas, designadamente dos gabinetes situados na zona inferior, onde terá sido identificado um problema no esgoto e a existência de odores muito intensos. Recordou que, aquando da visita, foi assumido que a situação seria resolvida com a maior brevidade, pelo que questionou o senhor Presidente sobre as diligências entretanto realizadas e o ponto de situação, sublinhando que se trata de uma intervenção urgente, por poder afetar as condições de saúde e trabalho dos trabalhadores.

Em seguida, questionou o senhor Presidente sobre o ponto de situação da solução que estaria a ser equacionada para a gestão dos monos, designadamente através de um eventual acordo com a GESAMB, solicitando assim informação sobre os termos desse acordo e sobre as diligências entretanto desenvolvidas para a sua concretização.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho questionou, ainda, o ponto de situação do plano de ação relativo à requalificação dos parques infantis do Concelho, recordando que o acesso a essa informação constitui um direito dos Vereadores e que já foi aprovada, por unanimidade, uma recomendação nesse sentido, sublinhando a particular importância da intervenção durante o período de verão, em que os parques infantis são mais utilizados pelas crianças, solicitando esclarecimentos sobre as ações e requalificações que estão a ser desenvolvidas.

Referenciou a metodologia adotada este ano para o acesso dos pais à Escola do Rossio durante o período da Feira de São João, considerando que a solução implementada não terá proporcionado o conforto e a facilidade desejáveis na entrega das crianças, sublinhando que, nos últimos dois dias, foi permitida pela polícia a circulação dos veículos até à entrada lateral da escola, com posterior retorno, solução que considerou mais adequada e que deverá ser ponderada para o próximo ano. Salientou ainda que as condições meteorológicas, designadamente as elevadas

temperaturas registadas durante o período da Feira, reforçam a necessidade de garantir melhores condições de acesso para as crianças e respetivos pais.

Para finalizar, **a senhora Vereadora Patrícia Raposinho** referiu a necessidade de intervenção urgente ao nível da sinalética do Parque Industrial, tendo em conta as novas zonas de centralidade previstas no Plano de Urbanização de Évora. Sublinhou que a qualificação do Parque Industrial e do PITE deverá contemplar também a sua imagem e sinalética, enquanto elementos importantes para a atratividade, projeção e captação de empresas, considerando que a atual sinalética se encontra degradada e desadequada, defendendo que a sua renovação seja concretizada com a maior brevidade.

Em resposta à questão das associações, **o senhor Presidente** considerou fundamental manter o diálogo com as associações do Concelho, no âmbito da definição e atribuição de espaços para as suas sedes, referindo que o Município tem vindo a desenvolver esse trabalho com as entidades associativas. Explicou que se trata de uma fase de transição, na sequência da saída de várias associações dos antigos celeiros da EPAC, sendo necessário definir um novo plano de utilização dos espaços, acrescentando que, após a consolidação e reabilitação dos equipamentos, alguns espaços, atualmente afetos à Capital Europeia da Cultura, ficarão novamente disponíveis, permitindo ao Município planificar, em articulação com as associações, a localização e distribuição do movimento associativo da cidade. Reafirmou que este processo continuará a ser desenvolvido em diálogo com as associações.

O senhor Vereador Jerónimo José relativamente às sedes das associações e para complementar a resposta do senhor Presidente, informou que está a ser realizado um levantamento pelo respetivo departamento municipal, abrangendo também as áreas do desporto e da juventude. O levantamento pretende identificar as associações instaladas em cada espaço, as situações de atribuição formal de sedes e eventuais casos que necessitem de regularização, referindo ainda que serão identificados espaços entretanto abandonados ou não devolvidos ao Município, de forma a permitir a sua recuperação e eventual afetação a outras associações ou finalidades. Sublinhou, assim, que o processo envolve um número significativo de associações e que, nesta fase, está em curso o trabalho de levantamento e regularização das situações existentes.

Relativamente aos parques infantis, solicitou a compreensão dos senhores Vereadores, informando que a senhora Vereadora Carmen Carvalheira apresentará a informação solicitada numa próxima oportunidade, referindo que o levantamento já está a ser realizado e que existe informação disponível, mas que, no momento, não dispõe de elementos suficientes para prestar os esclarecimentos solicitados.

N). – Vereador Rúben Migueis / Vários Assuntos.

O senhor Vereador Rúben Migueis iniciou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os munícipes, que assistem à reunião.

De seguida, referiu que o edifício da Habévora sito na Avenida do Escurinho, n.º 45, permanece há várias semanas sem elevador, apesar de ter alertado para a situação na reunião de Câmara anterior, sublinhando que o problema afeta pessoas idosas, crianças e pessoas com incapacidade, apelando a que sejam tomadas medidas para a sua resolução com a maior brevidade.

Indicou ter recebido várias fotografias relativas à existência de contentores de resíduos danificados junto à Ermida de São Brás, monumento datado de 1482 e de relevante valor

patrimonial para a cidade., considerando inadequada a localização e o estado dos contentores junto daquele património, salientando que a situação constitui uma imagem pouco dignificante para Évora e apelando à sua rápida resolução.

Seguidamente, referiu a situação de degradação e falta de manutenção do Parque Canino Municipal, que tem sido objeto de várias reclamações por parte dos utilizadores, salientando a existência de vegetação excessiva, plataformas e bancos danificados e o sistema de abastecimento de água avariado, considerando que o espaço se encontra praticamente abandonado. Sublinhou tratar-se do único parque da cidade destinado ao treino e lazer de cães e que é utilizado regularmente por muitos munícipes, defendendo a realização de intervenções de manutenção e requalificação, considerando que não implicariam um investimento significativo.

Em seguida, questionou o ponto de situação da criação e delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), referindo que vários munícipes têm solicitado licenças ao abrigo deste regime sem que as respetivas áreas estejam ainda definidas, considerando preocupante que Évora, enquanto capital do Alto Alentejo, não disponha ainda da delimitação das ARU na cidade e solicitou esclarecimentos sobre a data prevista para a sua concretização.

Relativamente à taxa turística, **o senhor Vereador Rúben Migueis** questionou o senhor Presidente sobre a receita proveniente da taxa turística municipal, em vigor desde 1 de agosto de 2025, no valor de 1,50 euros por hóspede e por noite, referindo que foi inicialmente estimada uma receita anual de cerca de 600.000 euros. Solicitou informação sobre os montantes cobrados mensalmente desde agosto de 2025 e sobre a respetiva aplicação, salientando que, nos termos do regulamento, a receita se destina a finalidades específicas, designadamente promoção turística, recuperação do património, higiene urbana e qualificação do espaço público, não constituindo uma receita de utilização indiferenciada pelo Município. Questionou ainda se foi constituída a comissão de acompanhamento prevista no regulamento, quem a integra e quantas vezes reuniu, solicitando, caso não tenha sido constituída, esclarecimentos sobre a aplicação da receita entretanto arrecadada. Questionou a evolução do turismo em Évora, pedindo informação sobre se a atividade turística está a crescer ou a diminuir, referindo que a criação da taxa turística foi justificada pelo crescimento do turismo, mas que os dados nacionais apontam para um abrandamento significativo em 2025, salientando ainda que, no Alentejo, cerca de dois terços das dormidas correspondem a turistas nacionais, não abrangidos pela taxa, questionando se o Município está a monitorizar este impacto e se dispõe de uma análise comparativa dos indicadores turísticos de Évora entre 2024 e 2025, sublinhando ainda a importância da transparência na aplicação das receitas da taxa turística e solicitou, assim, a elaboração de um relatório claro e completo sobre a sua cobrança, evolução e utilização.

Para finalizar e relativamente à Escola Básica do Chafariz d'El Rei, **o senhor Vereador Rúben Migueis** criticou a atuação do Executivo Municipal, recordando a queda do teto ocorrida em 2025 e questionando a ausência de iniciativas durante os meses que se seguiram à declaração do estado de calamidade, em 28 de janeiro de 2026. Contestou ainda a expectativa de financiamento governamental, salientando que este não teria efeitos retroativos, e referiu a alteração, no espaço de duas semanas, da posição do Município quanto à existência de verbas para a realização das obras, considerando que a disponibilização dos recursos terá ocorrido na sequência da mobilização dos pais e da atenção dos meios de comunicação social. Defendeu uma gestão municipal mais eficaz e atribuiu ao Executivo responsabilidade pelo atraso na resolução da situação, recorrendo a uma referência histórica à importância atribuída à educação pelo seu partido. Concluiu dirigindo uma palavra de reconhecimento aos professores e trabalhadores não docentes da escola, pelo empenho demonstrado na redução do impacto da situação nos alunos.

Em resposta às questões colocadas, **o senhor Presidente** começou pela Escola Básica do Chafariz d'El Rei, reafirmando que mantém o seu compromisso e preocupação com a educação, rejeitando a ideia de ter perdido a "paixão pela educação". Considerou ainda que esse compromisso é transversal às diferentes forças políticas, atendendo aos respetivos programas e práticas, sublinhando que a educação constitui uma preocupação que deve ser partilhada por todos.

Relativamente ao turismo, **o senhor Presidente** informou que os indicadores de Évora e do Alentejo Central têm registado uma evolução positiva, apesar de alguma quebra no mercado norte-americano, compensada pelo mercado nacional, verificando-se igualmente um aumento do número de dormidas, destacando a crescente procura turística por Évora, associada, entre outros fatores, à Capital Europeia da Cultura e à participação do Município convidado na Bolsa de Turismo de Lisboa, salientando a importância de consolidar esta dinâmica em 2026 e 2027 e assegurar a sua continuidade posteriormente. Referiu ainda o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Hospitalidade e Mobilidade, que reúne diversas entidades, com vista à preparação das condições necessárias para a Capital Europeia da Cultura, nomeadamente ao nível da mobilidade, sinalética e estacionamento. Quanto à taxa turística, esclareceu que esta constitui uma taxa e não um imposto, não sendo legalmente consignável, mas afirmou que o Município pretende aplicar a receita na melhoria das condições de acolhimento e da experiência dos visitantes, designadamente em parques de estacionamento, sinalética e outras infraestruturas. Informou, por fim, que a receita da taxa turística ascende, até ao momento, a cerca de 735.000 euros, mantendo-se uma arrecadação média próxima dos 100.000 euros mensais, prevendo-se a sua aplicação nessas áreas prioritárias.

Relativamente à questão da ARU, **o senhor Presidente** informou que solicitará à Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana (DORU) a elaboração de um relatório, o qual será oportunamente disponibilizado.

Relativamente aos contentores de resíduos, **o senhor Vereador Jerónimo José** informou desconhecer em concreto a situação referida, comprometendo-se a averiguar, referindo que, por ocasião da Feira de São João, foram efetuadas algumas alterações e reafetações dos pontos de recolha, à semelhança do que sucedera no ano anterior, tendo também sido disponibilizado um espaço para separação de resíduos, com participação dos operadores. Salientou ainda o trabalho desenvolvido pela UHLP junto dos operadores, designadamente na sensibilização para a recolha de resíduos orgânicos, tendo os serviços municipais manifestado disponibilidade para colaborar na recolha seletiva de desperdícios alimentares.

Quanto ao Espaço Canino, informou que está prevista, para breve, uma intervenção destinada à realização de algumas reparações e ao corte da vegetação, esclarecendo que o espaço não foi abandonado, embora os serviços ainda não tenham conseguido concretizar a intervenção, prevendo-se que esta ocorra em breve.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Atribuição de Medalhas de Mérito Municipal.

O senhor Presidente propôs à Câmara, de acordo com o regulamento de atribuição das Medalhas Municipais, aprovado em reunião de 14 de outubro de 1971, a atribuição das Medalhas de Mérito Municipal.
Recordou que foi feita uma consulta a todos os senhores Vereadores, das diferentes forças políticas, tendo resultado numa proposta consensual. A leitura integral das notas biográficas será

realizada no dia da cerimónia de entrega, marcada para dia 29 de junho, às 10h30, neste Salão Nobre.

Neste sentido, propõe-se que as medalhas de Mérito Municipal (Classe Prata) sejam atribuídas aos seguintes cidadãos:

- **Joaquim Manuel da Encarnação Coelho (A título póstumo)**

Pelo seu extraordinário contributo para o desenvolvimento do desporto no concelho de Évora e na região do Alentejo, em particular na modalidade de andebol;

- **José Augusto Dias**

Pelo seu relevante percurso de vida e pelo contributo marcante que prestou à cidade de Évora nos domínios social, económico e cívico, designadamente na divulgação da sua gastronomia típica;

- **Miguel Maria Pereira de Melo Breyner**

Pelo seu excecional percurso profissional e pelo contributo determinante que prestou ao desenvolvimento, promoção e afirmação de Évora como destino turístico de excelência;

- **Rogério Manuel Góis Santos**

Pelo seu excecional percurso de dedicação ao serviço dos Bombeiros Voluntários de Évora e à proteção e segurança da comunidade, ao longo de mais de cinco décadas de ligação ininterrupta à instituição.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

1. – ADMINISTRAÇÃO GERAL E PESSOAL

1.1. Reforço na atribuição de Fundos de Caixa nas Piscinas Municipais nos meses de junho a setembro.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Fundos Fixos de Caixa para 2026. Proposta de reforço na atribuição de Fundos de Caixa nas Piscinas Municipais nos meses de junho a setembro.
Em reunião de Câmara, de 22 de janeiro de 2026, foi aprovado, nos termos da Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (mantido em vigor pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - SNC-AP), a constituição dos Fundos Fixos de Caixa para 2026, com vista a facilitar os recebimentos e trocos aos funcionários responsáveis pela cobrança de determinadas receitas em locais distintos das instalações de Tesouraria Municipal
No entanto, de acordo com a proposta da Divisão de Juventude e Desporto, por forma a assegurar o regular e eficiente funcionamento das bilheteiras das Piscinas durante a época balnear de verão, face ao aumento da afluência de utentes neste período, e consequente da necessidade de garantir a disponibilização de trocos, submete-se para aprovação, o reforço dos Fundos de Caixa atribuídos, em nome de Maria Leirão, Clara Rosmaninho e Rute Correia de 50€ para 200€, nos meses de junho, julho e setembro.
Acresce que as regras relativas à constituição, reconstituição e reposição de Fundos de Maneio e Fundos Fixos de Caixa processam-se de acordo com o regulamento aprovado em Reunião de Câmara de 16/12/2020.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

1.2. Direito de preferência sobre o imóvel sito Bairro do Frei Aleixo nº 69 Fração A, em Évora, propriedade de Herdeiros Manuel Passinhas.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto n° 41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33°, n.° 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 98026/2026 pelo valor da verba do imóvel de 155.000.00 (cento e cinquenta e cinco mil euros).

Propõe-se:
Não exercício de direito de preferência.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

1.3. Direito de preferência sobre o imóvel sito Rua Alexandre Rosado n° 39, em Évora, propriedade de Herdeiros Manuel Romão.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto n° 41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33°, n.° 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 98066/2026 pelo valor da verba do imóvel de 235.000.00 (duzentos e trinta e cinco mil euros).

Propõe-se:
Não exercício de direito de preferência.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

1.4. Abertura de Procedimentos Concursais para recrutamento de trabalhadores, cujos lugares estão vagos no Mapa de Pessoal de 2026.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propôs para ratificação os despachos de abertura de Procedimentos Concursais para recrutamento de trabalhadores, cujos lugares estão vagos no Mapa de Pessoal de 2026.
No Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2026 existem lugares vagos que decorreram do levantamento das necessidades identificadas face ao cumprimento das diferentes competências dos serviços municipais.
Destes, foram abertos os seguintes procedimentos para os postos de trabalho com a seguinte caracterização:
- 1 Técnico Superior-Segurança e Higiene no Trabalho (DAP66), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado no Departamento de Administração e Pessoal, aberto por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 14/04/2026 e com a seguinte caracterização:
Planear a prevenção, integrando a todos os níveis e para toda a organização, a avaliação dos riscos e as respetivas medidas de prevenção. Proceder a avaliação dos riscos, elaborando os respetivos relatórios. Elaborar o plano de prevenção dos riscos profissionais, bem como planos detalhados de prevenção e proteção exigidos por legislação especifica.

Participar na elaboração do plano de emergência interno, incluindo os planos específicos de combate a incêndios, evacuação de instalações e primeiros socorros, supervisionar o aprovisionamento, a validade e a conservação dos equipamentos de proteção individual, bem como a instalação e a manutenção da sinalização de segurança.
- 1 Técnico Superior-Engenheiro Eletrotécnico (DORU16), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 15/04/2026 e com a seguinte caracterização:
Efetua estudos de eletricidade; concebe e estabelece planos, elabora pareceres sobre instalações e equipamentos, bem como prepara e superintende a sua construção, montagem, funcionamento, manutenção e reparação; executa projetos de instalações elétricas e eletrónicas, telefónicas e de gás; fiscaliza obras enquadradas na sua atividade; estabelece estimativas de custos, orçamentos, planos de trabalhos e especificações de obras, indicando o tipo de materiais e outros equipamentos necessários; consulta entidades certificadoras; elabora cadernos de encargos, memorias e especificações para concursos públicos de projetos e ou empreitadas.
- 1 Técnico Superior-Arquiteto Paisagista (DORU08), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 15/04/2026 e com a seguinte caracterização:
Estudo e planeamento do território e da paisagem, ordenando os diversos elementos de modo a garantir a permanência do equilíbrio ecológico e visual, e tendo em consideração aspetos biológicos, estéticos, arquitetónicos, históricos, sociais, de qualidade de vida e de sustentabilidade económica; Projeção de espaços e estruturas verdes, estudo do equipamento mobiliário e obras de arte a implantar e realização de estudos de integração paisagística; Fiscalização e direção técnica de obras; Realização de vistorias técnicas; Preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração de processos e respetivos cadernos de encargos; Articulação das suas atividades com outros profissionais, nomeadamente nas áreas do planeamento do território, arquitetura, reabilitação social e urbana e engenharia; Elabora pareceres de caracter técnico relacionados com ocupação dos espaços publico e de impacte ambiental.
- 1 Técnico Superior-Engenheiro Mecânico (DORU18), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado na Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 15/04/2026 e com a seguinte caracterização:
Exerce funções de estudo, conceção e adaptação de métodos e processos cientifico-técnicos inerentes a respetiva licenciatura, inseridas, nomeadamente, nos seguintes domínios de atividade: Elaboração de pareceres que fundamentam uma boa e correta gestão autárquica; Apoio ao planeamento e organização dos processos de manutenção associados a divisão; Estudo, conceção e elaboração de pareceres de projetos de maquinas, equipamentos, instalações de sistemas mecânicos e eletromecânicos, designadamente destinados ao sector dos espaços verdes, do transito, da mobilidade e transportes, e outros, tais como dos projetos ambientais e da transição energética; Escolha e elaboração das especificações dos materiais e componentes e definição das normas e códigos a aplicar; Planeamento e organização da produção e definição dos métodos e processos de fabrico e controlo de qualidade e de segurança nas instalações e no trabalho; Promoção e colaboração em ações de formação na área da segurança (instalações, equipamentos e pessoal), bem como nos procedimentos de segurança ao nível dos locais de trabalho; Realizar certificações energéticas, de qualidade do ar e climatização de instalações; Gestão do funcionamento dos armazéns afetos ao serviço, estudando e implementando, quando necessário, novas soluções e tecnologias que contribuam para ganhos de eficiência. Assegura a elaboração de elementos técnicos necessários para lançamento de procedimentos ao abrigo do CCP.
- 1 Técnico Superior-Engenheiro Civil (DSO005), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado na Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 10/02/2026 e com a seguinte caracterização:

Exerce com autonomia e responsabilidade, funções de investigação, estudos, conceção e aplicação de métodos e processos, enquadrados em conhecimentos profissionais inerentes a licenciatura e inseridos nos seguintes domínios: Elaboração de informação e pareceres de caracter técnico sobre processos e viabilidades de construção; Conceção e realização de projetos de obras, tais como edifícios, pontes, barragens, portos, aeroportos, vias-férreas e edificações industriais, preparando, organizando e superintendendo a sua construção, manutenção e reparação; Conceção de projetos de estrutura e fundações, escavação e contenção periférica, redes interiores de agua e esgotos, rede de incendio e rede de gás; Conceção e analise de projetos de arruamentos, drenagem de aguas pluviais e de aguas domesticas e abastecimento de aguas relativos a operações de loteamentos urbanos; Estudo, se necessário, do terreno e do local mais adequado para a construção da obra; Execução dos cálculos, assegurando a resistência e a estabilidade da obra considerada, e tendo em atenção fatores como a natureza dos materiais de construção a utilizar, pressões de agua, resistência aos ventos, a sismos e mudanças de temperatura; Preparação do programa e coordenação das operações a medida que os trabalhos prosseguem; Preparação, organização e superintendência dos trabalhos de manutenção e reparação de construções existentes; Fiscalização e direção técnica de obras; Realização de vistorias técnicas; Colaboração e participação em equipas multidisciplinares para elaboração de projetos para obras de complexa ou elevada importância técnica ou económica; Conceção e realização de planos de obras, estabelecendo estimativas de custo e orçamentos, planos de trabalho e especificações, indicando o tipo de materiais, maquinas e outros equipamentos necessários; Preparação dos elementos necessários para lançamento de empreitadas, nomeadamente elaboração do programa de concurso e caderno de encargos.

- 2 Técnicos Superiores-Desporto (DSC119), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrados no Departamento Sociocultural, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 27/03/2026 e com a seguinte caracterização:

Organiza iniciativas e projetos desportivos. Professor do programa Seniores Ativos e leciona aulas de educação física no âmbito deste projeto; apoia como monitor as AECs; no âmbito das competências da Divisão enquadra: Atividades gímnicas, Atletismo e dá também apoio ao programa Okupa-te Jogar+; Programa PES EM MOVIMENTO; Apoia as demais atividades promovidas pela Divisão.

- 1 Assistente Técnico -Técnico de Contabilidade e Gestão Financeira (DAP36), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado no Departamento de Administração e Pessoal, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 28/04/2026 e com a seguinte caracterização:

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau medio de complexidade, nas áreas de atuação da Contabilidade e Gestão Financeira:

- Contabilidade: Registar e controlar os registos da despesa no âmbito dos cabimentos, dos compromissos, da liquidação e dos pagamentos; Receber as faturas enviadas pelos fornecedores e proceder a sua conferencia através das guias de remessa e das requisições interna e externa; Assegurar o expediente administrativo, o tratamento de texto e as operações de arquivo inerentes ao Setor; Executar outras funções que lhe sejam superiormente cometidas ou impostas por lei ou regulamento em matéria contabilística e financeira; Proceder a circularização de fornecedores; Conferencia de extratos conta corrente de terceiros; Assegurar a atualização sistemática dos registos contabilísticos e a correta classificação dos comprovantes, de acordo com o Plano Contabilidade em vigor POCAL/SNC-AP, com outras disposições legais em vigor e com as normas internas de procedimento.

-Receitas: Verificar a atividade financeira, designadamente o cumprimento dos princípios legais relativos a arrecadação das receitas; arrecadar receitas eventuais e virtuais; liquidar juros de mora; emitir faturas e outros documentos de receita, bem como fazer o controlo do seu recebimento; emitir certidões de divida para efeitos de instauração de processos de execução

fiscal; assegurar todas as tarefas inerentes à gestão de consumidores de agua, nomeadamente: atendimento, recebimento de faturas e atualização da base de dados de consumidores.
-Tesouraria: Efetua todos os movimentos de liquidação de despesas e cobrança de receitas, para o que procede a levantamentos e depósitos, conferencias, registos e pagamentos ou recebimento em cheque, numerário ou transferência bancaria.
Procede ao registo e pagamentos ou recebimento em cheque, numerário ou transferência bancaria de vencimentos e faturação; Cobrança e escrituração dos Livros Auxiliares de Receitas Próprias e folha de cofre; procede ao pagamento de despesas; controla os movimentos das Contas Bancarias; efetua depósitos bancários.
- 11 Assistentes Técnicos-Secretariado e Praticas Administrativas (DAP, DSC, DORU e DGU), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrados nos serviços abaixo indicados, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 28/04/2026 e com a seguinte caracterização:
Departamento de Administração e Pessoal - Prestação de atendimento ao publico, integrado no sistema de balcão único municipal; Articulação com os serviços municipais que tem funções de atendimento direto ao publico, no âmbito das suas atribuições e cujas ditas funções são desempenhadas no balcão único municipal, em exclusividade ou não; Encaminhamento de pedidos de intervenção / informação, reclamações, sugestões e outras solicitações externas, para os serviços municipais.
Divisão de Gestão de Pessoal - Processamento de Vencimentos; Elaboração e conferencia de Ajudas de Custo, horas extraordinárias e noturnas. Instruir os processos referentes a inscrições e prestações aos trabalhadores, nomeadamente, os relativos a abonos ou prestações familiares, ADSE, Caixa Geral de Aposentações e outros; Atendimento ao Publico; Organização dos procedimentos concursais comuns e de cargos dirigentes, desde a deliberação de abertura ate a celebração dos respetivos contratos de trabalho (atas, ofícios, listas, entre outras); Tratar de pedidos de mobilidade, comissões de serviço/renovações; renovações e rescisões de contratos de trabalho; Inscrições e reinscrições na Seg. Social e Caixa Geral de Aposentações; Informações sobre Aposentações; Publicações em Diário da Republica, Jornais de expansão nacional e locais; Contagens de tempo; Atendimento ao publico; Mapas de Pessoal. Organizar e manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores, bem como o registo e controlo de assiduidade, respetivas faltas, ferias e licenças. Verificação da legislação nos Diários da República com interesse para o serviço. Juntas medicas da ADSE. Organizar os processos da avaliação do desempenho no âmbito do SIADAP.
Divisão de Educação e Intervenção Social - Apoio geral, incluindo as funções de telefonista, operador de reprografia e auxiliar de cozinha, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de educação ou ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efetuado; Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e dos jovens durante o período de funcionamento do estabelecimento, com vista a assegurar um bom ambiente educativo; exercer tarefas de atendimento e encaminhamento, de utilizadores da escola; Controlar entradas e saídas da escola; Cooperar nas atividades que visem a segurança de crianças e jovens na escola; Providenciar a limpeza, arrumação, conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctilo e informático necessário ao desenvolvimento do processo educativo; Exercer tarefas de apoio aos serviços de ação social escolar; Prestar apoio e assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar a criança ou o aluno a unidades de prestação de cuidados de saúde; Estabelecer ligações telefónicas e prestar informações; Receber e transmitir mensagens; Zelar pela conservação dos equipamentos de comunicação; Reproduzir documentos com utilização de equipamento próprio, assegurando a limpeza e manutenção do mesmo e efetuando pequenas reparações ou comunicando as avarias verificadas; Assegurar o controlo de gestão de stocks necessários ao funcionamento da reprografia; efetuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços; Exercer, quando necessário, tarefas de apoio de modo a permitir o normal funcionamento de laboratórios e bibliotecas escolares.

Unidade de Habitação e Reabilitação Urbana - Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau medio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.
Divisão de Gestão Urbanística - Tramitação das operações urbanísticas no âmbito do regime jurídico da urbanização e edificação e respetiva introdução e atualização no programa informático, que inclui nomeadamente: emissão de certidões, preparação de copias, solicitação de pareceres a entidades, informação final das especialidades, cálculo de taxas, emissão de alvarás de construção e utilização e comunicação aos particulares das decisões no âmbito dos respetivos processos.
- 1 Assistente Operacional-Tratador Apanhador de Animais (SVM04), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado no Serviço de Veterinário Municipal, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 23/05/2026 e com a seguinte caracterização:
Efetua ações de captura, hospedagem, alimentação, enriquecimento ambiental, apoio nos tratamentos médicos e eutanásias, dos animais, e de limpeza e desinfeção do canil. Executa tarefas de acordo com as instruções do medico veterinário.
- 1 Assistente Operacional-Eletricista de Automóveis (DSO036), com vínculo por Tempo Indeterminado, integrado no Departamento de Serviços Operacionais, aberto por despacho do Sr. Presidente da Camara, datado de 09/01/2026 e com a seguinte caracterização:
Instala, conserva, repara e afina a aparelhagem e circuitos elétricos de veículos automóveis e similares; executa as tarefas fundamentais do eletricista em geral, mas em atenção as instalações elétricas de veículos automóveis, o que requer conhecimentos específicos; utiliza condutores adequados e instala circuitos e aparelhagem elétrica, tais como de sinalização acústica e luminosa, aquecimento, iluminação interior e exterior, ignição do combustível, de arranque do motor e de geração, acumulação e distribuição de energia elétrica; localiza e determina as deficiências de instalação e de funcionamento e substitui ou repara platinados, reguladores de tensão, claxons, faróis, motores de arranque ou outros componentes elétricos avariados; ensaia os diversos circuitos e aparelhagem e realiza as afinações necessárias ao seu correto funcionamento.
- Para efeitos do previsto no nº 4 do artigo 30º. da LTFP, o órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego publico a termo ou sem vínculo de emprego publico, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego publico.
- Caso a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenha um número de candidatos superior ao dos postos de trabalho a ocupar, e constituída uma reserva de recrutamento interna e utilizada sempre que no prazo de 18 meses, contados da data de homologação, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, conforme previsto no n.º 6 do art.º 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.
- Estabelece-se como prazo de apresentação de candidaturas, 10 dias úteis.

Intervenções:
O senhor Vereador Alexandre Varela manifestou concordância com a abertura de procedimentos concursais, em particular nas áreas operacionais, considerando que tal necessidade já havia sido igualmente reconhecida no âmbito da discussão do orçamento, contudo, relativamente à proposta submetida a ratificação, salientou que a existência de lugares previstos no mapa de pessoal não implica, por si só, uma decisão de contratação, competência que cabe à Câmara Municipal. Considerou que, ao contrário de situações excecionais de urgência, como as verificadas no âmbito do PRR, não identificava neste caso fundamento que justificasse o recurso à ratificação, entendendo que a proposta deveria ter sido submetida diretamente a deliberação.

O senhor Presidente assumiu o compromisso de, dentro do possível, reduzir o recurso a ratificações e privilegiar a apresentação das matérias para deliberação da Câmara, esclarecendo, contudo, que, no caso em apreço, existiu alguma urgência que justificou o avanço do procedimento antes da respetiva deliberação.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.5. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua Elias António Matias nº 8, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.

Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 93783/2026 pelo valor da verba do imóvel de 285.000.00(duzentos e oitenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:

Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4890, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.6. Direito de preferência sobre o imóvel sito no Bairro de Santa Maria nº 16, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.

Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 85489/2026 pelo valor da verba do imóvel de 165.000.00(cento e sessenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:

Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4879, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.7. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Av. Sanches Miranda nº 41 Fração CB, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 85489/2026 pelo valor da verba do imóvel de 215.000.00(duzentos e quinze mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4882, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.8. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Avenida Pedro Alvares Cabral nº15, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 93783/2026 pelo valor da verba do imóvel de 320.000.00(duzentos e oitenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4893, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.9. Direito de preferência sobre o imóvel sito nas Courelas da Toura, em S. Miguel de Machede.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 92415/2026 pelo valor da verba do imóvel de 330.000.00(trezentos e trinta mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4902, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.10. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua do Pomar nº 4, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 95957/2026 pelo valor da verba do imóvel de 285.000.00(duzentos e oitenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4885, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.11. Direito de preferência sobre o imóvel sito nos Foros do Queimado, São Miguel Machede.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.

- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 92548/2026 pelo valor da verba do imóvel de 17.000.00(dezassete mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4906, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.12. Direito de preferência sobre o imóvel sito no Beco da Quinta da Meia Encosta nº 71, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:
- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 95120/2026 pelo valor da verba do imóvel de 565.000.00(Quinhentos e sessenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4889 datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.13. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua António Aleixo nº 4, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:
- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 93533/2026 pelo valor da verba do imóvel de 275.000.00(duzentos e setenta e cinco mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4887 datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.14. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua da Alegria nº 23, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 91465/2026 pelo valor da verba do imóvel de 360.000.00(trezentos e sessenta mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4900, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.15. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua da Paz nº 11, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 91217/2026 pelo valor da verba do imóvel de 47.100.00(Quarente e sete mil e cem euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4898 datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.16. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua Francisco Holanda nº 174, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 91657/2026 pelo valor da verba do imóvel de 290.000.00(duzentos e noventa mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4906, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.17. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua Francisco Albuquerque nº 2, em Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 85489/2026 pelo valor da verba do imóvel de 256.000.00(duzentos e cinquenta e seis mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4884, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.18. Direito de preferência sobre o imóvel sito no Beco da Esplanada nº 7, em São Vicente do Pigeiro.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº41/2003 de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal.
Considerando que:

- Nos termos do artigo 33.ª, n.º 1, alínea g) do RJAL, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, a competência para aquisição de bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG é da Câmara Municipal.
- Foi solicitado a esta Câmara Municipal a manifestação do exercício ou não do direito de preferência, através do pedido 93144/2026 pelo valor da verba do imóvel de 139.000.00(cento e trinta e nove mil euros).
- Que a presente decisão foi tomada por despacho do Sr. Presidente de 17 de junho de 2026, ao abrigo do n.º 3 do artigo n.º 35 do RJAL, face á urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara.

Propõe-se:
Que a Câmara delibere ratificar o despacho do Sr. Presidente, despacho n.º INT_EVORA/2026/4892, datado de 17 de junho de 2026, dando comprimento ao disposto na parte final do n.º 3 do artigo 35.º do RJAL.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.19. Concurso Público Internacional para Aquisição de Serviços de Limpeza Pública, em áreas dentro do perímetro urbano por lotes. Projeto de decisão, minuta de contrato, assunção do compromisso financeiro e decisão de adjudicação à entidade ALESCO, S.A.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se ratificação do despacho de adjudicação exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 11/06/2026, referente ao procedimento nº 15/2026 de serviço de limpeza pública em áreas dentro do perímetro urbano, por lotes.
No âmbito do procedimento em epígrafe, propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente, exarado em **11/06/2026**, proferido para aprovação de projeto de decisão, minuta de contrato, assunção do compromisso financeiro e decisão de adjudicação à entidade **ALESCO, S.A. - 504982010**, pelo valor total de **647 813,36€** (seiscentos e quarenta e sete mil oitocentos e treze euros e trinta e seis cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
Considerando:

a) A urgência na adjudicação do procedimento, devidamente fundamentada na natureza essencial do serviço a prestar, revelando-se indispensável para assegurar a limpeza e a higiene públicas e, consequentemente, a proteção da saúde pública.".;
b) Que a presente decisão, constitui competência da Câmara Municipal, e está sujeita a ratificação, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e foi tomada, face à urgência de que a mesma se reveste, e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora, delibere:
Ratificar o Despacho do Sr. Presidente, datado de 11/06/2026, exarado para aprovação de projeto de decisão, minuta de contrato, assunção do compromisso financeiro e decisão de adjudicação à entidade ALESCO, S.A. pelo valor total de 647 813,36€ (seiscentos e quarenta e sete mil oitocentos e treze euros e trinta e seis cêntimos), ao qual acresce VA à taxa legal em vigor.
No processo:
Despacho do Senhor Presidente;
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

1.20. Informação Económica e Financeira.

O senhor Vereador Jerónimo José deu conhecimento, ao Executivo, dos seguintes pagamentos:
Pagamentos: Entre os dias 04 a 18 de junho de 2026, foram efetuados pagamentos no valor ilíquido de 2.802.400,76€ (líquido de 2.802.400,76€), conforme lista que se encontra no processo (ANEXO I);
A Câmara tomou conhecimento.

1.21. Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira. Programa para o restauro de ecossistemas urbanos | Requalificação e Renaturalização do Rossio de S. Brás | Laboratório Floresta Nómada.

O senhor Vereador Jerónimo José deu conhecimento, ao Executivo, do seguinte:
O presente Protocolo tem por objeto regular os termos da colaboração técnica e financeira entre o Fundo e o Município de Évora para a execução do projeto denominado "Requalificação e Renaturalização do Rossio de São Brás | Laboratório Floresta Nómada.
O Projeto, cuja Memória Descritiva consta no processo permitirá a concretização do projeto em referência, através do financiamento de 3 400 000€, financiados a 100% pelo Fundo Ambiental, no âmbito do Programa para o restauro de ecossistemas urbanos.
A intervenção de "Requalificação e Renaturalização do Rossio de São Brás | Laboratório Floresta Nómada", tem por objeto a requalificação e renaturalização do Rossio de São Brás, em Évora, incidindo sobre o Rossio Nascente e a envolvente da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.
O projeto visa promover a valorização urbana, ambiental, climática, patrimonial e funcional deste espago publico, atualmente marcado por elevada artificialização, degradação de pavimentos, insuficiente capacidade de drenagem, reduzida presença de vegetação e fracas condições de conforto, acessibilidade e permanência.
Pretende-se transformar esta área num espago publico mais qualificado, resiliente e adaptado às alterações climáticas, através da introdução de soluções de infraestrutura verde urbana, melhoria da permeabilidade do solo, reforço da drenagem, qualificação dos percursos pedonais e cicláveis, valorização paisagística e reorganização das infraestruturas existentes.
A intervenção acolhera ainda a componente "Floresta Nómada", desenvolvida no âmbito de Évora 2027 - Capital Europeia da Cultura, que introduz uma dimensão cultural, experimental e pedagógica ao projeto.
Esta componente prevê a instalação de árvores, arbustos e outras espécies vegetais em estruturas móveis, funcionando como laboratório vivo de soluções baseadas na natureza e permitindo testar novas formas de sombreamento, apropriação social do espaço publico e adaptação climática em contexto urbano patrimonialmente sensível.
A intervenção tem como principais objetivos:
a) Requalificar e valorizar o Rossio de São Brás enquanto espaço público estruturante da cidade de Évora;
b) Aumentar a permeabilidade do solo e melhorar a gestão das águas pluviais;
c) Reforçar a infraestrutura verde urbana, a biodiversidade e a conectividade ecológica;
d) Melhorar as condições de conforto térmico, acessibilidade, segurança e fruição do espaço público;
e) Promover a mobilidade pedonal e ciclável;
f) Compatibilizar a valorização ambiental e funcional do espaço com a salvaguarda patrimonial;
g) Desenvolver uma intervenção demonstradora, com potencial de replicabilidade noutros contextos urbanos e patrimoniais.
A Câmara tomou conhecimento.

1.22. Protocolo de Cooperação do Projeto Artístico Floresta Nómada Évora_27 - BOSK.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Para ratificação da aprovação do Protocolo, por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do artigo 35º, n.º 3 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, redação atual.
Considerando que:
1) A Associação Évora 2027, associação privada de utilidade pública, tem como fins o planeamento, a promoção, o desenvolvimento e a execução da iniciativa Évora Capital Europeia da Cultura 2027 (Évora 2027).
2) A Associação Évora 2027, inspirada no projeto artístico BOSK decidiu convidar os seus autor e curador para desenvolverem um novo projeto artístico *site specific*, para o Rossio de São Brás, em Évora, para integrar a programação de Évora_27.
3) O Município de Évora, autarquia local responsável pela gestão urbana da cidade de Évora e, em particular, enquanto parte do território municipal, responsável pela gestão do Rossio de São Brás, acede a acolher o projeto acima referido e a participar na sua implementação, em articulação com a Associação Évora 2027;
4) A Fundação Alentejo dispõe de capacidade jurídica para figurar como beneficiária de programas e investimentos culturais, incluindo aqueles enquadráveis no regime da Autorização de Residência para Investimento.
Foi pela Fundação Alentejo apresentada a candidatura ao financiamento do programa de investimento cultural enquadrável no regime da Autorização de Residência para Investimento, sendo desta forma possível assegurar a requalificação de parte do Rossio e o respetivo financiamento.
Para tanto, tornou-se necessário assegurar a colaboração do Município para o seguinte:
a) Assegurar, nos termos legais, a disponibilidade do Rossio de São Brás, área que integra o domínio público municipal, para a concretização do Projeto, garantindo a devida articulação das obras de requalificação previstas para essa zona da cidade com o Projeto, de modo a não comprometer ou prejudicar a sua plena execução;
b) Disponibilizar infraestruturas, recursos humanos e recursos materiais que sejam necessários para o desenvolvimento do Projeto, próprios ou sob sua gestão, nos termos legais aplicáveis;
c) Promover a articulação entre os serviços municipais e as demais entidades públicas e privadas relevantes para a implementação do Projeto;
d) Colaborar na promoção e divulgação do Projeto;
e) Acompanhar a execução global do Projeto;
f) Garantir o acompanhamento da componente de legado do Projeto, no que respeita à sua dimensão ambiental e de gestão de espaços verdes, continuando a assegurar a manutenção e rega das árvores, arbustos e plantas no Rossio de São Brás, e, posteriormente, o seu transporte e plantação nos locais previamente identificados como carentes de arborização, nos termos em que vierem a ser definidos por acordo entre as Partes.
Atento o prazo de apresentação desta candidatura, e não tendo sido possível reunir o órgão Câmara Municipal em tempo útil, autorizou o Sr. Presidente a celebração do Protocolo que ora se anexa.
O artigo 35º, n.º 3 do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, redação atual, permite ao Presidente da Câmara, em circunstâncias excecionais e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, praticar atos da competência da câmara municipal, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática;
Propõe-se que o órgão colegial Câmara Municipal delibere ratificar este Despacho do Sr. Presidente da Câmara, ratificando a celebração do Protocolo que consta no processo.

No processo: 1 documento.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2. – CULTURA E PATRIMÓNIO

2.1. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua João de Deus, 56 a 66, fração B, em Évora, propriedade de Mª. Conceição de Sousa Ramalho. Processo 1.614.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.
O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.2. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua dos Mercadores, 72, fração A, em Évora, propriedade de Nelson António Martins Saramago. Processo 1.1085.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.
O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.3. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Travessa do Janeiro, 3A, em Évora, propriedade de Carlos Filipe Cartaxo Charrua e outra. Processo 1.1205.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.
O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 195.000,00€ (cento e noventa e cinco mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.4. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua do Ramires, 8, 8A e Rua do Borralho, 13A, em Évora, propriedade de Nuno Miguel Guerreiro Andrade de Moura. Processo 1.2008.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.

O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 398.000,00€ (trezentos e noventa e oito mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.5. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua Fria, 11, 13, em Évora, propriedade de Elegance Acropole, Lda. Processo 1.4916.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.
O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 235.000,00€ (duzentos e trinta e cinco mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.6. Direito de preferência sobre o imóvel sito no Beco dos Açúcares, 12, em Évora, propriedade de Ana Celina Caetano Dias e outros. Processo 1.11253.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação que consta no processo.
O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 121.000,00€ (cento e vinte e um mil euros).
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.7. Impressão de materiais gráficos para a Eborae Música | Associação Musical de Évora.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º Isenções e Reduções, ponto 5, alínea d), pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamentada.
A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de iniciativas de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania e ainda no âmbito do apoio aos Agentes Culturais, com sede no Concelho. Assim, propõe-se a impressão no Gabinete de Artes Gráficas:
Eborae Musica – Associação Musical de Évora - custos estimados de 441,40€ (materiais de divulgação – XXVII Ciclo de Concertos Música e Outras Artes Nos Claustros)
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.8. Isenção do pagamento de taxas referente à cedência de imagens do Arquivo Fotográfico de Évora à estudante Ana Patricia Vieira Chambel.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
As imagens pedidas pela aluna Ana Patrícia Vieira Chambel pertencem às coleções David Freitas e Marcolino Silva, propriedade do Arquivo fotográfico. A aluna pretende usar 21 imagens, o que corresponderia ao valor de 82,91€ (IVA Incluído à taxa em vigor).

Embora esta exceção não esteja prevista no RTTORME, em pedidos anteriores idênticos (trabalhos de projeto, ilustrações de dissertações e apresentações académicas) foram já isentados do pagamento de taxas alunos, professores e investigadores universitários, nomeadamente da Universidade de Évora. Neste caso especificamente, destinam-se à sua dissertação de mestrado que incide no estudo da unidade fabril (Fomento Eborense) e criação de uma proposta de valorização das fontes remetentes à mesma.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.9. Isenção do pagamento de taxas referente à cedência de imagens do Arquivo Fotográfico de Évora à Associação Pó de vir a ser.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a isenção da taxa de cedência de 66 imagens, prevista no Artigo 7º, ponto 5, alínea *d), à Associação Pó de vir a Ser,* tendo em conta o carácter cultural e interesse público da proposta, que divulga imagens do Arquivo Fotográfico da CME, algumas até pouco conhecidas, em diversas interações com os seus visitantes.

Não existindo, atualmente, no RTTORME qualquer referência a este tipo de utilização, consideramos para o efeito a taxa referente a publicação comercial. Assim, o valor total da taxa de cedência seria de 521,17€.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.10. Isenção do pagamento de taxas referente à cedência de imagens do Arquivo Fotográfico de Évora à Associação de Futebol de Évora.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º *Isenções e Reduções,* pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamentada.

A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de iniciativas de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania.

Assim, propomos a isenção do pagamento de taxas à Associação de Futebol de Évora, referente à cedência de 133 imagens para integrarem uma publicação comercial, tratando-se de um projeto de relevância histórico cultural e desportiva levada a cabo pela Associação de Futebol de Évora.

De acordo com o RTTORME o valor total da taxa seria de 1050,25€ (IVA incluído à taxa em vigor).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

2.11. Impressão de materiais gráficos ao Imaginário Associação Cultural.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho, datado de 04 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º *Isenções e Reduções, ponto 5, alínea d),* pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamentada.

A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de iniciativas de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania e ainda no âmbito do apoio aos Agentes Culturais, com sede no Concelho. Assim, foram impressos no Gabinete de Artes Gráficas:

- Associação Cultural - Imaginário - 13A3 x 1,78€= 23,14 € (Divulgação espetáculo "Os Figurantes").

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.12. Isenção de taxa referente à licença especial de ruído ao Grupo de Forcados Amadores de São Manços.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do seu despacho datado de 08 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.
De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º *Isenções e Reduções, ponto 5, alínea d),* pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamenta.
A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de uma iniciativa de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania e ainda no âmbito do apoio aos Agentes Culturais, com sede no Concelho. Assim, foi o Grupo de Forcados Amadores de São Manços, isenta do pagamento de Taxa referente à licença especial de ruído, para a atividade que aconteceu no passado dia 03 de junho.
Custo de 30,76€.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.13. Isenção de taxas referente à cedência da Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel à GNR - Guarda Nacional Republicana, dia 23 junho.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do seu despacho datado de 01 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
O Comando Territorial da GNR de Évora, solicita, à semelhança de anos anteriores, a cedência da Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, com isenção do pagamento das taxas de utilização para realização de uma ação multidisciplinar de preparação de militares e civis para uma nova fase da sua vida, que é a passagem à Situação de Reserva ou Reforma, no próximo dia 23 de junho entre as 09h e as 17h.
Atendendo à natureza da instituição e tratando-se de uma ação sem fins lucrativos, foi cedida a Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, com isenção de pagamento, das Taxas, de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7.º Isenções e Reduções, cujo valor é de 37,69€/hora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.14. Isenção de taxas referente à cedência da Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel à CIMAC, dia 24 de junho.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do seu despacho datado de 01 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
A **CIMAC**, solicitou-nos a cedência da sala do Palácio D. Manuel, com isenção do pagamento das taxas de utilização, para a realização de uma **ação interna dos trabalhadores da CIMAC, no próximo dia 24 de junho, entre as 9h00 e as 13h00.**

Tratando-se de uma entidade Intermunicipal com a natureza de Associação Pública de Autarquias Locais, foi cedida a Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, com isenção de pagamento, das Taxas, de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7.º Isenções e Reduções, cujo valor é de 37,69€/hora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.15. Isenção de taxas referente à cedência da Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, a Visual Factory, Lda, dia 22 de junho.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho datado de 08 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.

A Visual Factory, solicitou-nos a disponibilização da Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, com isenção do pagamento das taxas de utilização, para realização da apresentação da revista e projeto: "Évora à Mesa 2026", no dia, 22 de junho, entre as 17h e as 19h30.

Da autoria do conceituado e premiado fotógrafo, Jerónimo Heitor, este projeto, glorifica, promove e divulga a cultura e a gastronomia da nossa cidade.

A revista, que é um guia gastronómico de notável qualidade gráfica e fotográfica, de distribuição gratuita, celebra a cozinha dos espaços que guardam saberes e que partilham sabores tradicionais do Alentejo, com quem os visita.

Tratando-se de uma ação de elevado interesse público municipal, foi cedida a Sala de Conferências do Palácio de D. Manuel, com isenção de pagamento, das Taxas, de acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7.º Isenções e Reduções, cujo valor é de 37,69€/hora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.16. Impressão de materiais gráficos à Associação Pédexumbo.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho datado de 15 de junho de 2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35.º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º Isenções e Reduções, ponto 5, alínea d), pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamentada.

A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de iniciativas de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania e ainda no âmbito do apoio aos Agentes Culturais, com sede no Concelho. Assim, foram impressos no Gabinete de Artes Gráficas:

- Associação Pédexumbo – 45A3 x 1,78€= 80,10 € (no âmbito da atividade Bailo Baile).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

2.17. Impressão de materiais gráficos à Associação CRUA.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

De acordo com o Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, Artigo 7º Isenções e Reduções, ponto 5, alínea d), pode a Câmara Municipal isentar o respetivo valor, mediante deliberação do executivo, devidamente fundamentada.

A este respeito poderá ser tido em conta tratar-se de iniciativas de relevo enquanto espaço de manifestação de cidadania e ainda no âmbito do apoio aos Agentes Culturais, com sede no Concelho. Assim, foram impressos no Gabinete de Artes Gráficas:

- Associação CRUA – 40A3 x 1,78€= 71,20 € (apoio à criação OBRA VIVA de Mariana Ribas).

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

3. – EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

3.1. Cartão Município Solidário | Comparticipação de 50% em outras despesas de Saúde ou Educação.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Ao abrigo do regulamento do cartão município solidário, publicado em Diário da República 2ª série, nº 119, de 22 de junho de 2022, com entrada em vigor no dia 27 de junho de 2022, são presentes 1 processo de comparticipação (50%) relativos a Outras Despesas de Saúde ou Educação com **proposta de deferimento.**
No âmbito do Regulamento do Cartão Município Solidário, e após análise técnica, o serviço propõe o deferimento da comparticipação (50%) de um processo, por se verificar o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- Cartão válido e Pedido de comparticipação efetuado no máximo até 90 dias consecutivos;
- Comparticipação de outras despesas de saúde, na parte não apoiada pelo SNS, e educação, até ao montante máximo anual de 300€, sendo elegíveis as seguintes despesas:
  i) De saúde: exames, tratamentos ambulatórios, consultas de especialidade, meios de correção e compensação, próteses estomatológicas, lentes, aros e ajudas técnicas, desde que o médico do SNS justifique a sua necessidade.
  ii) De educação: como complemento do apoio atribuído no âmbito da ação social escolar, designadamente, material e equipamento escolar, mediante apresentação de fatura em nome do aluno.

Os processos encontram-se identificados em baixo:

Processos para deferimento:

Nº do Cartão	Registo de Entrada	Valor total da fatura	Valor a comparticipar (50%)	Tipologia (Saúde ou Educação)
2240	ENT_EVORA/2026/17198[1] [1] (Não é comparticipado a 50%, uma vez que se trata do valor remanescente até perfazer o *plafond* anual de 300€.)	180,00 €	57,73 €	Saúde

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.2. Cartão Município Solidário | Novos processos para deferimento.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Ao abrigo do regulamento do Cartão Município Solidário, publicado em Diário da República 2ª série, nº 119, de 22 de junho de 2022, com entrada em vigor no dia 27 de junho de 2022, são presentes 1 novo processo do cartão município solidário com **proposta de deferimento**.
No contexto do regulamento do Cartão Município Solidário, e após análise técnica, o serviço propõe o deferimento de **um** novo processo por cumprir, cumulativamente, as seguintes condições:

1. Agregado familiar com rendimento mensal *per capita* igual ou inferior a 537,13€ - valor do indexante de apoios socias (IAS), de acordo com o ponto ii) da alínea d), do artigo 3.º do referido regulamento;
2. Valor patrimonial de outros bens imóveis, rústicos ou urbanos, de cada um dos elementos do agregado familiar é inferior a 5.000,00€, de acordo com a alínea c) do artigo 3.º do regulamento;

Os processos estão indicados em baixo:
Processos para deferimento:

N.º do Cartão	Registo de Entrada	Rendimento *per capita* (€)
2806	ENT_EVORA/2026/17200	397,30 €

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.3. Cartão Município Solidário | Revalidações para deferimento.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Ao abrigo do regulamento do cartão município solidário, publicado em Diário da República 2ª série, nº 119, de 22 de junho de 2022, com entrada em vigor no dia 27 de junho de 2022, são presentes 3 processos de revalidação do cartão município solidário com **proposta de deferimento**.
No contexto do regulamento do Cartão Município Solidário, e após análise técnica, o serviço propõe o deferimento na revalidação/reanálise de **três** processos por cumprirem, cumulativamente, as seguintes condições:

1. Agregado familiar com rendimento mensal per capita igual ou inferior a 537,13€ - valor do indexante de apoios socias (IAS), de acordo com o ponto i) da alínea d), do artigo 3.º do referido Regulamento;
2. O Valor patrimonial, excluindo a habitação própria e permanente, de outros bens imóveis, rústicos ou urbanos, pertencentes a cada um dos elementos do agregado familiar é inferior a 5.000,00€, de acordo com a alínea c) do artigo 3.º do Regulamento;

Os processos estão indicados em baixo:

Processos para deferimento:

N.º do Cartão	Registo de Entrada	Rendimento per capital (€)
2158	ENT_EVORA/2026/15738	522,30 €
2388	ENT_EVORA/2026/17202	498,60 €
2677	ENT_EVORA/2026/17203	229,80 €

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.4. Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas no âmbito da transferência de competências no domínio da educação. Refeições escolares e suplementos alimentares, referentes ao mês de maio.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se, para aprovação os valores respeitantes aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas, em matéria de refeições escolares e suplementos alimentares, referentes ao ano letivo 2025/2026:
- Agrup. de Escolas Manuel Ferreira Patrício – maio de 2026
- Agrup. de Escolas Gabriel Pereira – maio de 2026
- Agrup. de Escolas André de Gouveia – maio de 2026

Junto se envia, para aprovação, os valores a colocar a pagamento relativamente aos Contratos Interadministrativos com os Agrupamentos de Escolas, em matéria de refeições escolares e suplementos alimentares referentes ao ano letivo 2025/2026.

Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício				
Registo de entrada	ENT_EVORA/2026/16939			
Estabelecimentos de Educação e Ensino	maio 2026			
	Nº refeições	Subsídio CME	Nº Supl. Alim.	Subsídio CME
EB Manuel Ferreira Patrício	3 016	1 537,34 €	760	554,80 €
JI Manuel Ferreira Patrício	1 055	617,78 €	0	- €
EB Vista Alegre	1 573	418,70 €	0	- €
EB Cruz Picada	1 920	2 156,70 €	1 080	788,40 €
JI Cruz Picada	581	526,93 €	360	262,80 €
Total	**8 145**	**5 257,45 €**	**2 200**	**1 606,00 €**

Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira		
Registo de entrada	ENT_EVORA/2026/17847-1	
Estabelecimentos de Educação e Ensino	maio 2026	
	Nº refeições	Subsídio CME
EB Comenda	1 407	254,38 €
EB Chafariz del Rei	1 338	211,72 €
JI St António	362	154,05 €
Total	**3 107**	**620,15 €**

Não foram fornecidos suplementos alimentares no AE Gabriel Pereira.

Agrupamento de Escolas André Gouveia		
Registo de entrada	ENT_EVORA/2026/17441	
Estabelecimentos de Educação e Ensino	Maio 2026	
	Nº refeições	Subsídio CME
EB Sra. Glória	1 403	669,13 €
JI Penedo Ouro	1 288	150,89 €

EB Galopim de Carvalho	3 659	479,53 €
JI Galopim de Carvalho	1 284	131,93 €
EB Frei Aleixo	1 524	528,51 €
Total	**9 158**	**1 959,99 €**

Não foram fornecidos suplementos alimentares no AE André de Gouveia.
Nota: O subsídio referente às refeições escolares é calculado tendo como referência o número efetivo de refeições consumidas de acordo com os escalões de ação social escolar.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.5. Contratos Interadministrativos com as Uniões e Juntas de Freguesia, referente aos meses de janeiro a maio.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se, para aprovação os valores respeitantes à execução dos Contratos Interadministrativos referente aos meses de janeiro a maio de 2026.
A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento da delegação de competências, através da sua contratualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
Neste âmbito, foram celebrados com as Juntas e Uniões de Freguesias Contratos Interadministrativos através dos quais o Município de Évora delegou as seguintes competências no domínio da educação: transportes escolares, gestão de refeitórios e refeições escolares e atividades de animação e apoio à infância.
Deste modo propõe-se, ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de 2026, a aprovação dos valores a pagar no âmbito da delegação de competências no domínio da educação às Juntas e Uniões de Freguesias, conforme tabela abaixo:

ESPECIFICAÇÕES (continuação)

Freguesia	Despesa	Edoclink	jan/26		fev/26		mar/26		abr/26		mai/26	
			Unidade *	Valor	Unidade *	Valor	Unidade *	Valor	Unidade *	Valor	Unidade *	Valor
Nª Sra. Tourega e Nª Sra. Guadalupe	REF	ENT_EVORA/2026/16394-Jan	503	499,24 €	445	478,10 €	0	- €	0	- €	0	- €
	SA		0	- €	0	- €	0	- €	0	- €	0	- €
	TE	ENT_EVORA/2026/16422-Fev	4 096	4 519,60 €	3 482	3 841,66 €	0	- €	0	- €	0	- €
	AAAF		5	650,00 €	5	650,00 €	0	- €	0	- €	0	- €
	AAAF		4	325,00 €	4	375,00 €	0	- €	0	- €	0	- €
S. Sebastião da Giesteira e Nª Sra. Boa-Fé	REF	ENT_EVORA/2026/17010-Marco					548	442,26 €	415	333,41 €	593	507,12 €
	SA	ENT_EVORA/2026/17075-Abril					0	- €	0	- €	0	- €
	TE	ENT_EVORA/2026/16951-Maio					5 324	2 992,20 €	4 351	2 099,05 €	5 324	2 992,20 €
	AAAF						0	- €	0	- €	0	- €
S. Manços e S. Vicente do Pigeiro	TE	ENT_EVORA/2026/16945-Maio									6 576	3 765,00 €
	AAAF										0	- €
Torre de Coelheiros	TE	ENT_EVORA/2026/17393-Fev/Marco			3 735	2 149,65 €	4 952	2 850,90 €	0	- €	0	- €
S. Bento do Mato	REF	ENT_EVORA/2026/18022-Abril							406	240,49 €	538	356,33 €
	SA	ENT_EVORA/2026/17957-Maio							27	19,71 €	36	26,28 €
	AAAF								0	- €	0	- €
Canaviais	REF	ENT_EVORA/2026/18029 - Abril							3 023	1 087,59 €	0	- €
	SA								74	54,02 €	0	- €
TOTAL				5 993,84 €		7 494,41 €		6 285,36 €		3 834,27 €		7 646,93 €

Nota 1: Relativamente às transferências de competências:
* No caso das refeições escolares, as unidades correspondem às refeições fornecidas sem contabilização dos adultos (pois não existem comparticipação dos adultos);
** Em relação aos transportes escolares, as unidades correspondem aos Km's realizados afetos aos circuitos autorizados em PTE;
*** No caso das AAAF, as unidades correspondem ao nº de crianças em prolongamento de horário e a almoçar.
Nota 2: O subsídio referente às refeições escolares é calculado tendo como referência o número efetivo de refeições consumidas de acordo com os escalões de ação social escolar.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.6. Atendimento e Acompanhamento Social | Apoios pecuniários de caráter eventual a vários agregados familiares.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Proposta de apoios pecuniários de carater eventual no âmbito do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social publicado a 19 de maio do DR 2ª serie, nº 97, Aviso nº 9838/2023.
No âmbito do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social foi aprovado nas reuniões de Câmara de 23/4/2024; 5/3/2025 e 5/2/2026/aditamentos, as normas de suporte ao modelo de operacionalização dos apoios pecuniárias, que são concedidas em situações de emergência, ou crise que necessitam de uma atuação imediata no âmbito da proteção social tendo em conta os recursos existentes, e têm como objetivo contribuir para a capacitação das pessoas e famílias com vista à sua autonomização.
Neste sentido, propõe-se a aprovação dos apoios pecuniários aos agregados familiares de acordo com seguinte tabela:

Apoios Pecuniários				
EDOC /distribuição	Nº de processo familiar	Tipo de apoio	Agregado familiar	Valor do apoio
2026/22400	201212471	Apoio no pagamento de renda	Elemento isolado	354.50€
2026/22418	201238922	Apoio no pagamento de renda	Elemento isolado	350€
2026/22587	200735161	Apoio no pagamento de renda	Família alargada	300€
2026/22400	201212471	Apoio no pagamento de renda	Elemento isolado	245.50€
2026/22423	202610733	Apoio de subsistência	Elemento isolado	300€
2026/23168	20265617	Apoio na aquisição de medicação	Agregado monoparental	23.56€
2026/23186	201612489	Apoio de subsistência	Casal	300€
2026/23217	202350119	Apoio no pagamento de renda	Casal com filho	350€
2026/23896	200715706	Apoio de subsistência	Casal com filhos	200€
2026/23916	202310241	Apoio no pagamento de renda	casal	400€
2026/23934	202519238	Apoio de subsistência	Elemento isolado	250€

2026/23954	200748668	Apoio de subsistência	Elemento isolado	200€
Orçamento Anual				68 072,00€
Valor Utilizado				32 292.38€
Saldo Disponível				35 779.62€

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.7. Cedência de transporte à Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada, dia 27 de julho.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação a cedência de transporte à Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada para o dia 27/07/2026 e a respetiva isenção de pagamento de taxas.
A Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da cedência de transporte no dia 27 de julho de 2026, para realização de um passeio ao Fluviário de Mora, e da respetiva isenção de pagamento de taxas.
A Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada é uma instituição sem fins lucrativos, inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.
Existe disponibilidade de cedência de autocarro.
A totalidade deste apoio tem um valor estimado de 333,45€ (trezentos e trinta e três euros e quarenta e cinco cêntimos), de acordo com o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos e de uma iniciativa que acresce qualidade à oferta da instituição ao seu público-alvo, propõe-se a aprovação a cedência de transporte à Associação para o Desenvolvimento e Bem Estar Social da Cruz da Picada e a isenção de pagamento de taxas ao abrigo da alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.8. Cedência de transporte ao Projeto AmanhArte E9G, Cruz Vermelha Portuguesa, dias 17 de julho e 3 de setembro.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação a cedência de transporte ao Projeto AmanhArte E9G – Cruz Vermelha Portuguesa nos dias 17/07/2026 e 03/09/2026.
O Projeto AmanhArte E9G – Cruz Vermelha Portuguesa solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da cedência de transporte nos dias 17 de julho de 2026 e 03 de setembro de 2026 para realização de um passeio ao Monte Selvagem e de um passeio à Kidzania, e da respetiva isenção de pagamento de taxas.
Existe disponibilidade de cedência de transporte.
A totalidade destes apoios tem um valor estimado de 975,73€ (novecentos e setenta e cinco euros e setenta e três cêntimos), de acordo com o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Propõe-se a aprovação a cedência de transporte ao Projeto AmanhArte E9G – Cruz Vermelha Portuguesa e a isenção de pagamento de taxas ao abrigo da alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.9. Isenção do pagamento de taxas de utilização das Piscinas Municipais, durante o Verão, à Associação Ser Mulher.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização das Piscinas Municipais de verão, à associação Ser Mulher, conforme se especifica.

A Associação Ser Mulher solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais durante o período de verão.

Atendendo à natureza e missão da associação, entidade sem fins lucrativos dedicada ao apoio e acolhimento de vítimas de violência doméstica, propõe-se a atribuição do referido apoio, mediante a isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais, até ao montante máximo de 750,00 € (valor sem IVA).

O valor correspondente ao apoio concedido deverá ser contabilizado pelos serviços da DJD/Piscinas Municipais, de acordo com o artigo 76.º do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Por se tratar de uma entidade de solidariedade social, propõe-se a aprovação da isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.10. Isenção do pagamento de taxas de utilização das Piscinas Municipais, durante o Verão, ao Programa Escolhas.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a isenção do pagamento das taxas devidas pela utilização das Piscinas Municipais de verão, ao Programa Escolhas, conforme se especifica.

O Programa Escolhas – AmanhArte solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais durante o período de verão.

Atendendo à natureza e missão do programa, promover a inclusão social de crianças e jovens em contextos de maior vulnerabilidade, propõe-se a atribuição do referido apoio, mediante a isenção do pagamento das taxas de utilização das Piscinas Municipais, até ao montante máximo de 750€ (valor sem iva).

O valor correspondente ao apoio concedido deverá ser contabilizado pelos serviços da DJD/Piscinas Municipais, de acordo com o artigo 76º do Regulamento da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Por se tratar de uma entidade de solidariedade social, propõe-se a aprovação da isenção do pagamento da utilização das Piscinas Municipais.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.11. Cedência de transporte ao ATL da Casa do Povo dos Canaviais, dia 3 de agosto.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação a cedência de transporte ao ATL da Casa do Povo dos Canaviais no dia 03/08/2026 e a respetiva isenção de pagamento de taxas.
O ATL da Casa do Povo de Canaviais solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da cedência de transporte no dia 3 de agosto de 2026, para realização de um passeio ao Feijão Verde Fun Park Sintra e da respetiva isenção de pagamento de taxas.
A Casa do Povo dos Canaviais é uma instituição sem fins lucrativos, inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.
Existe disponibilidade de cedência de autocarro.
A totalidade deste apoio tem um valor estimado de 718,63€ (setecentos e dezoito euros e sessenta e três cêntimos), de acordo com o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos e de uma iniciativa que acresce qualidade à oferta da instituição ao seu público-alvo, propõe-se a aprovação a cedência de transporte ao ATL da Casa do Povo dos Canaviais e a isenção de pagamento de taxas ao abrigo da alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.12. Cedência de estrados à Escola Básica do Rossio de S. Brás para a festa final do ano letivo, dia 26 de julho.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação o apoio à Escola Básica do Rossio de S. Brás através da cedência de estrados para a Festa de Final de Ano Letivo no dia 26/06/2026.
A Escola Básica do Rossio de S. Brás solicita o apoio da Autarquia através da cedência de estrados (palco), no âmbito da realização da Festa de Final de Ano Letivo que terá lugar no dia 26 de junho de 2026, nas instalações da respetiva escola.
De acordo com parecer do DSC, existe possibilidade de cedência de estrados com 6m x 4m e disponibilidade da BMM realizar o serviço de transporte, montagem e desmontagem dos estrados. Os custos efetivos do apoio serão posteriormente contabilizados conforme a Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Este apoio tem enquadramento nas competências da Câmara Municipal segundo a alínea u) do ponto 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
Por se tratar de uma entidade pública e de uma iniciativa que acresce qualidade à oferta da instituição ao seu público-alvo, propõe-se a aprovação o apoio da CME à Escola Básica do Rossio de S. Brás e a isenção de taxas ao abrigo do Artigo 7.º, n.º 5, alínea d) do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.13. Programa Okup@-te | Verão 2026.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Para proposta de aprovação da lista de crianças a frequentar o programa Okup@-te a título gratuito, considerando a carência económica do agregado familiar.
De acordo com a deliberação superior foram autorizadas 5 vagas no Programa Okup@-te - férias de verão 2026 (EDOCEVORA 2026/18575) de frequência gratuita para crianças dos 6 aos 12 anos, em situação de carência económica e/ou a frequentar entidades de apoio à infância.

A definição de carência económica, baseia-se no rendimento per-capita da família, cujo valor deverá ser inferior à Pensão Social, ou que se posicionem no escalão 1 do abono de família, precedida de avaliação social efetuada pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social.
A importância da frequência das crianças neste programa municipal, prende-se com o contexto familiar e institucional em que estão inseridos e a necessidade de frequentarem atividades lúdicas pedagógicas, benéficas para o seu desenvolvimento pessoal e social.
Aliado ao facto dos progenitores, muitos deles serem monoparentais, se encontrarem a trabalhar, sem possibilidade de tirarem férias, com baixos rendimentos e sem possibilidade de recorrer a ATL pagos, esta resposta de apoio de apoio revela-se de extrema importância, evitando que as crianças permaneçam sozinhas em casa, sem a supervisão necessária.
No decorrer do acompanhamento social às famílias, sinalizou-se a existência de um agregado, constituído por 1 menor de 14 anos, cuja a frequência no programa Teens, será benéfica para o seu desenvolvimento pessoal e social. Neste sentido, coloca-se à aprovação superior que das 25 vagas disponíveis de frequência gratuita, 1 seja reservada para o programa Teens.
As sinalizações dos agregados foram realizadas pela equipa do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e em articulação com as seguintes entidades: Associação Ser Mulher, Associação Chão dos Meninos, CLDS; Unidade Local de Saúde e CPCJ.
Face ao exposto, propõe-se a aprovação das seguintes inscrições:

Programa Okup@-te- 6- 12 anos		
Entidades	Menor	blocos
Ass. Ser Mulher	LNF	1
CLDS	RR	1
SAAS	FB	1
SAAS	LB	1
CLDS	RB	1, 2
CLDS	DA	2
CLDS	BR	2
CLDS	MV	2
Ass. Ser Mulher	NP	2
CLDS	IA	3 e 4
CLDS	IAA	3 e 4
Ass. Ser Mulher	AM	3
Ass. Ser Mulher	RM	3
ASS. Chão dos Meninos	EL	4
ASS. Chão dos Meninos	BD	4
CLDS	CA	4 e 5
CPCJ	JC	4
CLDS	FI	5

Programa TEENS		
Entidade	Menor	blocos
CLDS	IAA	Quinzena julho

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

3.14. Atendimento e Acompanhamento Social | Apoios pecuniários de caráter eventual a vários agregados familiares.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
No âmbito do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), publicado a 19 de maio de 2023, Aviso nº 9838, propõe-se a ratificação do despacho do Sr.

Presidente datado de 16/06/2026, nos termos e para os efeitos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
No âmbito do Regulamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social foi aprovado nas reuniões de Câmara de 23/4/2024; 5/3/2025 e 5/2/2026/aditamentos, as normas de suporte ao modelo de operacionalização dos apoios pecuniárias, que são concedidas em situações de emergência, ou crise que necessitam de uma atuação imediata no âmbito da proteção social tendo em conta os recursos existentes, e têm como objetivo contribuir para a capacitação das pessoas e famílias com vista à sua autonomização.
Neste sentido, propõe-se a ratificação do apoio de emergência prestado a elemento isolado:

EDOC /distribuição	Processo Familiar	Tipo de apoio	Agregado familiar	Valor do apoio
2026/23332	2013809	Alojamento de emergência	Elemento isolado	240€

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

3.15. Apoio ao Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício na realização do Festival InterCultural do Agrupamento.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado de 11/06/2026, nos termos e para os efeitos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
O Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício realizou a 2.ª edição do F.I.C.A. - Festival InterCultural do Agrupamento nos dias 11 e 12 de junho de 2026.
Esta edição assumiu uma relevância especial por se inscrever no Plano Cultural de Escola, sob o tema "Vozes e Olhares à Cidade". Com esta iniciativa, pretendeu-se que os alunos não fossem apenas espetadores, mas agentes ativos na construção da identidade cultural local, estabelecendo uma ponte direta com o espírito e os objetivos de Évora 27 – Capital Europeia da Cultura. O agrupamento de escolas expandiu o impacto do festival, promovendo uma interação direta entre a Comunidade Educativa e o espaço urbano de Évora.
No dia 12 de junho, entre as 10h00 e as 12h00, o festival realizou-se no Centro Histórico de Évora, com apresentação de leituras de textos/poemas, danças, coros e performances, em locais emblemáticos como o Jardim de Diana, Templo Romano, Sé, Centro de Arte e Cultura FEA, Largo de S. Vicente, Praça do Giraldo, Jardim Público e Mata do Jardim Público.
O Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, solicitou o apoio da CME através de:
- Autorização para utilização de diversos espaços públicos no Centro Histórico de Évora durante a manhã do dia 12 de junho;
- Cedência de transporte ao JI/EB de Valverde a Évora para participação no festival (Centro Histórico de Évora);
- Impressão de 40 cartazes e 100 folhetos do festival;
- Divulgação do evento nos meios da CME/vitrines municipais.

A totalidade deste apoio teve um custo estimado de 403,72€ (quatrocentos e três euros e setenta e dois cêntimos), de acordo com o Artigo 1.º e o Artigo. 92º da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Este apoio teve enquadramento nas competências da Câmara Municipal segundo a alínea u) do ponto 1 do Artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
Por se tratar de uma entidade pública, de uma iniciativa que acresce qualidade à oferta da instituição ao seu público-alvo e de uma iniciativa de interesse público municipal, foi autorizado

o apoio ao Agrupamento Manuel Ferreira Patrício para realização do F.I.C.A. e autorizada a isenção do pagamento das taxas respetivas, de acordo com o Artigo 7º, n.º 5, alínea d) do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

3.16. Isenção de taxas de licença especial de ruído e de recinto improvisado à Associação Saber em Palavras Saúde e Sustentabilidade.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado de 12/06/2026, nos termos e para os efeitos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A ASPSS - Associação Saber em Palavras Saúde e Sustentabilidade solicitou o apoio da CME através da isenção de pagamento de taxas pela emissão da Licença Especial de Ruído e da Licença de Recinto Improvisado, no âmbito da realização da atividade "Marchas no Largo" (marchas populares) realizada no dia 13 de junho de 2026, na Praça Nossa Senhora de Fátima (Bacelo – Évora).

De acordo com informação da DGU, para a referida atividade foi solicitada a Licença Especial de Ruído (ENT_EVORA/2026/14201 e EDOCEVORA/2026/18605), válida no dia 13 de junho de 2026, entre as 15h00 e as 2h00 do dia seguinte, e a Licença de Recinto Improvisado (ENT_EVORA/2026/14202 e EDOCEVORA/2026/18599), válida de 12 a 15 de junho de 2026.

A totalidade deste apoio teve um valor estimado de 97,24€ (noventa e sete euros e vinte e quatro cêntimos), de acordo com o Artigo 56.º e o Artigo 72.º, da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

A ASPSS - Associação Saber em Palavras Saúde e Sustentabilidade é uma associação sem fins lucrativos, inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.

Considera-se que a atividade promoveu a coesão social, a cultura popular e o convívio da população em geral, traduzindo-se num evento de interesse municipal.

Por se tratar de uma associação sem fins lucrativos e de uma atividade de manifesto interesse público municipal, foi autorizada a isenção de pagamento das respetivas taxas ao abrigo da alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

3.17. Apoios diversos e isenção do pagamento de taxas, no âmbito da realização das Festas dos Santos Populares do CAIE, dias 11, 12 e 13 de junho.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado de 11/06/2026, nos termos e para os efeitos do artigo 35º, nº 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Centro de Atividade Infantil de Évora (CAIE) solicitou o apoio da CME para realização da 4.ª edição da Festa de Santos Populares nos dias 11, 12 e 13 de junho de 2026, entre as 19h00 e as 00h00, em frente às suas instalações.

O apoio solicitado pela instituição para os dias 11, 12 e 13 de junho consistiu em:

- Autorização para ocupação de espaço público: Largo em frente à Instituição, na Rua Gabriel Victor do Monte Pereira. Largo onde confluem a Travessa de Álvaro Pires e a Travessa de André Cavalo.
- Corte de trânsito de via pública entre as 20h00 e as 23h00.
- Interdição ao estacionamento automóvel no largo.

- Isenção de pagamento de taxas pela emissão da Licença Especial Ruído.
A totalidade deste apoio tem um valor estimado de 203,12€ (duzentos e três euros e doze cêntimos), de acordo com o Artigo 30º- A, Artigo 56º e Artigo 92º, da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
O CAIE é uma instituição sem fins lucrativos, inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.
Por se tratar de uma iniciativa que proporcionou momentos de animação para as famílias das suas crianças e que promoveu momentos de interação com a comunidade, foi autorizado o apoio solicitado ao Centro de Atividade Infantil de Évora e autorizada a isenção de pagamento de taxas, com enquadramento na alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

3.18. Cedência de transporte à Associação de Moradores do Bairro do Bacelo, dia 9 de julho.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação a cedência de transporte à Associação de Moradores do Bairro do Bacelo para o dia 09/07/2026 e a respetiva isenção de pagamento de taxas.
A Associação de Moradores do Bairro do Bacelo solicita o apoio da Câmara Municipal de Évora através da cedência de transporte no dia 09 de julho de 2026, para realização de um passeio à Amieira, e da respetiva isenção de pagamento de taxas.
A Associação de Moradores do Bairro do Bacelo é uma associação sem fins lucrativos, inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.
Existe disponibilidade de cedência de transporte.
A totalidade deste apoio tem um valor estimado de 332,90€ (trezentos e trinta e dois euros e noventa cêntimos), de acordo com o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Por se tratar de uma entidade sem fins lucrativos e de uma iniciativa que acresce qualidade à oferta da associação aos seus sócios, propõe-se a aprovação da cedência de transporte à Associação de Moradores do Bairro do Bacelo e a isenção de pagamento de taxas ao abrigo da alínea d) do n.º 5 do Artigo 7.º do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

4. – JUVENTUDE E DESPORTO

4.1. Cedência de transporte à Associação de Basquetebol do Alentejo, dias 1 e 5 de julho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se nos termos e para os efeitos da alínea u), do nº 1, do art.º 33º, da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a cedência dos meios de transporte que a seguir se especificam.
Associação de Basquetebol do Alentejo - cedência de um autocarro para deslocação do Clube a Paços de Ferreira, no dia 01/07/2026 para a Festa Nacional do Minibasquetebol 2026 - Paços de Ferreira e posteriormente ir buscar a equipa no dia 05 de julho de 2026.
Tem um custo previsível de 3 956,16€, de acordo com o RTTORME em vigor, a deduzir em CPDD.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

4.2. Cedência de transporte ao Évora Andebol Clube, dia 13 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do senhor Presidente, datado de 21/04/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
Évora Andebol Clube - cedência de uma carrinha para deslocação de equipa a São João da Madeira, no dia 13/06/2026, para um jogo do Campeonato Nac Sub18 Masculino.
Tem um custo previsível de 654.29 €, de acordo com o RTTORME em vigor, a deduzir em CPDD.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

4.3. Cedência de transporte ao Juventude Sport Clube, dia 4 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do senhor Presidente, datado de 21/04/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
Juventude Sport Clube - cedência de um pesado para deslocação de equipa a Aljustrel, no dia 04/06/2026, para um jogo da Final da Taça de Cadetes Feminina de Vólei.
Tem um custo previsível de 519.80€ de acordo com o RTTORME em vigor, a deduzir em CPDD.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

4.4. Cedência de transporte ao AMINATA, dia 6 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do senhor Presidente, datado de 21/04/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
Aminata- cedência de uma carrinha para deslocação de equipa a Aljustrel, no dia 06/06/2026, para o Troféu Analentejo, absolutos.
Tem um custo previsível de 307.82€, de acordo com o RTTORME em vigor, a deduzir em CPDD.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

4.5. Cedência de transporte ao TAFUE, dia 24 de maio.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do senhor Presidente, datado de 21/04/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
TAFUE- cedência de um autocarro para recolha dos elementos da Tuna a Rio Maior, no dia 24/05/2026 no Festival de Tunas de Rio Maior.
Tem um custo previsível de 655.42€, de acordo com o RTTORME em vigor.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

4.6. Cedência de transporte ao Lusitano Ginásio Clube, dia 10 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do senhor Presidente, datado de 21/04/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
Lusitano Ginásio Clube- cedência de um autocarro para deslocação de equipa a Braga no dia 10/06/2026, para um jogo da Taça Nacional Feminina Sub 15.
Tem um custo previsível de 1960.28€, de acordo com o RTTORME em vigor, a deduzir em CPDD.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

5. – GESTÃO URBANÍSTICA

5.1. Licenciamento de obras de conservação, deliberação final/Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, n.º 37, em Évora. Req: José Santos. Processo 1.75.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento.
Propõe-se:
1 - Ao abrigo do disposto no art.º 23º do RJUE – Regime de Jurídico da Urbanização e da Edificação, que a Câmara Municipal delibere a aprovação do pedido de licenciamento final das obras de conservação incidentes na cobertura do prédio sito na Rua Dom Augusto Eduardo Nunes, n.º 37 - consistindo em limpeza de telhado, verificação de fissuras e restauro das uniões entre telhas do telhado e do beirado - ficando a correspondente licença prevista no anexo VII da Portaria n.º 71-B/2024 de 27 de fevereiro apta a emitir.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.2. Pedido de renovação da licença de obras de conservação, n.º 2/2025, pelo período de trinta dias/Rua do Imaginário, n.ºs 2 e 4, e Rua João de Deus, n.ºs 15 a 23, em Évora. Req: Trabalho e Reconhecimento, Lda. Processo 1.2296/D.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento.
Propõe-se conceder a renovação da licença de obras de conservação n.º 2/2025, ao abrigo do artigo 72º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.3. Redução de 50% no pagamento de taxas devidas para emissão de aditamento ao alvará de loteamento n.º 16/1978, incidente sobre os lotes n.ºs 10 e 18, Monte dos Clérigos, B.º do Frei Aleixo, em Évora. Req;- CCHE, Giraldo Sem Pavor, CRL. Processo 2.3403.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a redução do valor das taxas em 50%.

Atendendo a que um dos lotes, o Lote 10, pertence a um particular, e o outro à Cooperativa, o Lote 18, propõe-se, não a isenção das taxas, mas uma redução em 50% das mesmas.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.4. Pedido de aprovação da alteração à licença de obras de alteração/Rua das Fontes, n.ºs 65 e 65 B, em Évora. Req: Maria Luísa Palmeira Ferreira. Processo 1.1022.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se que a câmara delibere a aprovação da alteração à licença de obras de alteração n.º 95/2023 de 03/05/2023, promovendo-se o aditamento previsto no n.º 7 do art.º 27º do RJUE, em função da comunicação de alterações durante a execução da obra submetida por intermédio dos requerimentos n.º 2909.2025 de 06/08/2025, n.º 3097.2025 de 26/08/2025 e n.º 1411.2026 de 11/05/2026, compreendendo a apresentação de projeto de redes prediais de águas e esgotos, aditamentos ao projeto de arquitetura, termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades, termo de responsabilidade pela estabilidade e contenção periférica, termo de responsabilidade do autor do projeto do comportamento térmico, termo de responsabilidade do autor do estudo do condicionamento acústico, ficha de segurança contra incêndios, ficha eletrotécnica, projeto das instalações de telecomunicações e declaração de isenção de projetos de rede de gás.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.5. Licenciamento de obras de conservação, deliberação final/Praça do Giraldo, n.ºs 38 a 44, e Alcárcova de Cima, n.º 1A, em Évora. Req: João de Sousa Prates Ramires Fernandes. Processo 1.1715.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento conforme informação técnica abaixo designada:
Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a aprovação do pedido de licenciamento final das obras de conservação incidentes na cobertura do prédio sito na Praça do Giraldo, n.ºs 38 a 44, e Alcárcova de Cima, n.º 1A - consistindo na correção da ligação entre a cobertura e o beirado sobre a Praça do Giraldo, incluindo a manutenção de telha de canudo em substituição pontual de elementos de revestimento da cobertura; a utilização de argamassas de assentamento com ligante à base de cal; e a substituição pontual de ripa(s) em madeira por elemento(s) idêntico(s), devidamente tratado(s) - ficando a correspondente licença prevista no anexo VII da Portaria n.º 71-B/2024 de 27 de fevereiro apta a emitir.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.6. Licenciamento de obras de alteração, deliberação final/Travessa da Parreira, n.º 3, em Évora. Req: Ricardo Luís Ramalhinho Mineiro e Outro. Processo 1.8242.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se que a Câmara Municipal Delibere a Aprovação do pedido de licenciamento (deliberação final), ao abrigo do art.º 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e com fundamento na informação técnica constante do processo, com as condições definidas aquando a aprovação do projeto de arquitetura em Reunião de Câmara de 08.01.2026.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.7. Licenciamento de obras de conservação, deliberação final/Rua da Mouraria, n.ºs 24, 24A, 26 e 28, e Beco do Meirinho, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10, em Évora. Req: Jerónimo José Nunes Vieira Lopes-Cabeça Casal da Herança de. Processo 1.581.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se:
1 - Ao abrigo do disposto no art.º 23º do RJUE, que a Câmara Municipal delibere a aprovação do pedido de licenciamento final das obras de conservação incidentes na fachada do prédio sito na Rua da Mouraria, n.ºs 24, 24A, 26 e 28, e Beco do Meirinho, n.ºs 2, 4, 6, 8 e 10 - consistindo em lavagem de superfícies exteriores, reparação de fissuras e microfissuras existentes, aplicação de primário e pintura com tinta de silicatos - ficando a correspondente licença prevista no anexo VII da Portaria n.º 71-B/2024 de 27 de fevereiro apta a emitir, com as seguintes condições:
1.1. Ao abrigo do disposto nos art.ºs 7º, 8º e 66º do Plano de Urbanização de Évora (PUE), alteração aprovada pela Assembleia Municipal de Évora na sua reunião extraordinária de 06-05-2011, Aviso 12113/2011, D.R. n.º 107, II série B, de 2 de junho, por forma a dignificar a fachada do edifício, detentora de classificação de valor patrimonial F1, e melhor salvaguardar a integração do imóvel no contexto classificado do Centro Histórico de Évora (CHE), conjunto urbano classificado Património Mundial da Humanidade, equiparado a Monumento Nacional, deverão ser adotadas argamassas à base de cal em reparações e primários e tintas minerais à base de silicatos em pinturas; e a utilização de jato de água de baixa pressão e / ou escovagem manual em limpezas de cantarias.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.8. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura/Rua do Raimundo n.ºs 87 e 89, em Évora. Req: Manuel Tiago Branquinho Fialho Bento. Processo 1.644.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação condicionada conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a Aprovação do projeto de arquitetura, ao abrigo do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, com fundamento na informação técnica constante do processo, bem como no parecer da CCDR - Unidade de Cultura/PC, IP.
A presente aprovação deverá ficar condicionada ao seguinte:
1 - Cumprimento integral das condicionantes constantes do parecer da CCDR - Unidade de Cultura/ PC, I.P.;
2 - Cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em matéria de RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) e Acessibilidades, da responsabilidade do técnico autor do projeto;
3 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE.
O ponto 1. Deverá ser cumprido aquando a apresentação dos projetos de especialidades, previamente à aprovação em sede de deliberação final, sendo as restantes condições a cumprir em fase de obra.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.9. Licenciamento de obras de conservação/Rua Manuel D'Olival, n.º 18, em Évora. Req: Henrique Mário Cília Mira Godinho. Processo 1.811/E.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a aprovação condicionada conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se deferir o pedido de obras de conservação, encontrando-se o correspondente alvará de obras apto a emitir, nas seguintes condições:
1.1 - As obras de conservação da cobertura deverão cingir-se exclusivamente às indicadas em memória descritiva (limpeza da cobertura) não sendo admissível, ao abrigo deste procedimento, quaisquer outras alterações, nomeadamente a substituição da estrutura da cobertura;
1.2 - O beirado deverá manter-se o mesmo, e na sua limpeza e reparação os rebocos que se mostrem necessários aplicar deverão ser de argamassa de cal e areia, afagados, recobertos com caiação, ou tintas à base de silicatos, conforme indicado no n.º 1 do Art.º 74º do PUE;
1.3 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
Informamos que quaisquer obras pretendidas para além das aqui autorizadas, deverão ser objeto de consulta prévia aos nossos serviços, podendo as mesmas estar sujeitas a processo de licenciamento distinto.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.10. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura, deliberação final/Rua dos Caldeireiros, n.º 9A, em Évora. Req: João Carlos Caraça Parreira. Processo 1.1181.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se que a Câmara Municipal delibere a Aprovação do projeto de arquitetura, e deliberação Final, ao abrigo, respetivamente dos artigos 20.º e 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, com fundamento na informação técnica constante do processo, bem como no parecer da CCDR - Unidade de Cultura/PC, IP.
A presente aprovação deverá ficar condicionada ao seguinte:
1 - Cumprimento das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, inclusive em matéria de RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) e Acessibilidades, da responsabilidade do técnico autor do projeto;
2 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE.
Os pontos 1. e 2. serão a cumprir em obra.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.11. Licenciamento de obras de conservação/Rua da República, n.ºs 34, 36 e 38, em Évora. Req: Caixa Geral de Depósitos, S. A. Processo 1.1927.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se deferir o pedido de obras de conservação, encontrando-se o correspondente alvará de obras apto a emitir, nas seguintes condições:
1.1 - Nas fachadas, os rebocos que se mostrem necessários aplicar deverão ser compatíveis com os preexistentes;

1.2 - A cor a empregar na fachada deverá ser o branco, conforme previsto no n.º 3 do Art.º 74º do PUE – Plano de Urbanização de Évora;
1.3 - Os elementos decorativos e de interesse patrimonial deverão merecer particular atenção, não sendo possível ao abrigo deste procedimento introduzir quaisquer inovações ou alterações, admitindo-se apenas a sua limpeza e conservação;
1.4 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação.
Informamos que quaisquer obras pretendidas para além das aqui autorizadas, deverão ser objeto de consulta prévia aos nossos serviços, podendo as mesmas estar sujeitas a processo de licenciamento distinto.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.12. Licenciamento de obras de conservação/Travessa dos Beguinos, n.º 6, em Évora. Req: Catherine Marie-Joséphe Gallice Mcfadden Processo 1.2755/D.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se deferir o pedido de obras de conservação, encontrando-se o correspondente alvará de obras apto a emitir, nas seguintes condições:
1.1 - Nas fachadas, os rebocos que se mostrem necessários aplicar deverão ser de argamassa de cal e areia, afagados, recobertos com caiação, ou tintas à base de silicatos, conforme indicado no n.º 1 do Art.º 74º do PUE – Plano de Urbanização de Évora;
1.2 - A cor a empregar na fachada, deverá ser o branco, conforme previsto no n.º 3 do Art.º 74º do PUE, conjugado com socos e alizares em ocre ou cinzento, com a manutenção de uma dessas cores;
1.3 - Caso não se opte pela cal, as tintas a utilizar deverão se à base de silicatos;
1.4 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.
Informamos que quaisquer obras pretendidas para além das aqui autorizadas, deverão ser objeto de consulta prévia aos nossos serviços, podendo as mesmas estar sujeitas a processo de licenciamento distinto.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.13. Licenciamento de obras de conservação, deliberação final/Rua Freiria de Baixo, n.ºs 19, 19A e 21, em Évora. Req: Francisca de Jesus Lopes Bravo. Processo 1.3015.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:
Propõe-se:
1 - Ao abrigo do disposto nos art.ºs 23º do RJUE, que a Câmara Municipal delibere a aprovação do pedido de licenciamento final das obras de conservação incidentes no prédio de sito na Rua Freiria de Baixo, n.ºs 19, 19A e 21 - consistindo na pintura da fachada- ficando a correspondente licença prevista no anexo VII da Portaria n.º 71-B/2024 de 27 de fevereiro apta a emitir, com as seguintes condições:
1.1 - Ao abrigo do disposto nos art.ºs 7º, 15º, 66º e 75º do Plano de Urbanização de Évora (PUE), alteração aprovada pela Assembleia Municipal de Évora na sua reunião extraordinária de 06-05-2011, Aviso 12113/2011, D.R. n.º 107, II série B, de 2 de junho, por forma a dignificar a fachada do edifício, detentora de classificação de valor patrimonial F1, e melhor salvaguardar a integração do imóvel no contexto classificado do Centro Histórico de Évora (CHE), conjunto

urbano classificado Património Mundial da Humanidade, equiparado a Monumento Nacional, deverão ser adotadas tintas minerais à base de silicatos em pinturas e pintados os caixilhos de janelas e as portas que se encontram atualmente simplesmente envernizados, respetivamente, nas cores branca e castanho-escuro.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.14. Licenciamento de obras de conservação/Praça 1.º de Maio, n º 38 e Rua da República, em Évora. Req: Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia S. Pedro. Processo 1.3043.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação condicionada conforme informação técnica abaixo discriminada:

Propõe-se deferir o pedido de obras de conservação, encontrando-se o correspondente alvará de obras apto a emitir, nas seguintes condições:

1.1 - Nas fachadas, os rebocos que se mostrem necessários aplicar deverão ser de argamassa de cal, afagados, recobertos com caiação, ou tintas à base de silicatos, conforme indicado no n.º 1 do Art.º 74º do PUE – Plano de Urbanização de Évora;

1.2 - A cor a empregar na fachada, deverá ser o branco, conforme previsto no n.º 3 do Art.º 74º do PUE;

1.3 - Caso não se opte pela cal, as tintas a utilizar deverão se à base de silicatos;

1.4 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Informamos que quaisquer obras pretendidas para além das aqui autorizadas, deverão ser objeto de consulta prévia aos nossos serviços, podendo as mesmas estar sujeitas a processo de licenciamento distinto.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.15. Licenciamento de obras de alteração, deliberação final/Travessa dos Fuzos, n.º 13, em Évora. Req: Hortense Isabel Cordeiro dos Santos. Processo 1.10309.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação condicionada conforme informação técnica abaixo discriminada:

Propõe-se que a Câmara Municipal Delibere a Aprovação do pedido de licenciamento (deliberação final), ao abrigo do art.º 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e com fundamento na informação técnica constante do processo, com as condições definidas aquando a aprovação do projeto de arquitetura em Reunião de Câmara de 19.03.2026, a verificar em obra.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.16. Licenciamento de obras de conservação/Rua Adriano Correia de Oliveira, n.º 10, em Évora. Req: Jorge Manuel da Silva Rosado. Processo 1.11621.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:

Propõe-se deferir o pedido de obras de conservação, encontrando-se o correspondente alvará de obras apto a emitir, nas seguintes condições:

1.1 - Os rebocos que se mostrem necessários aplicar deverão ser de argamassa compatível com o suporte.

1.2 - Deverá ser salvaguardada a adequada gestão dos resíduos ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 57º do RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.17. Licenciamento de obras de alteração/Rua dos Três Senhores, n.º 11, em Évora. Req: Joaquim Miguel Saragoça Nunes Correia. Processo 1.15209.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento condicionado conforme informação técnica abaixo discriminada:

Propõe-se que a câmara municipal delibere nos termos previstos no n.º 3 do art.º 20º e art.º 102ºA do RJUE a aprovação do projeto de arquitetura para legalização de obras de alteração, compreendendo obras de correção, promovidas e a promover no prédio sito na Rua dos Três Senhores, n.º 11, nas seguintes condições:

1 - Ao abrigo do disposto no art.º 7º, no n.º 1 do art.º 15º, no art.º 66º e no art.º 75º do Plano de Urbanização de Évora (PUE), alteração aprovada pela Assembleia Municipal de Évora na sua reunião extraordinária de 06-05-2011, Aviso 12113/2011, D.R. n.º 107, II série B, de 2 de junho, por forma a preservar as características da fachada do edifício, dotada de classificação de valor patrimonial F1, e contexto classificado do Centro Histórico de Évora (CHE) em que o mesmo se insere, o caixilho a introduzir a título corretivo no vão de peito sobre o arruamento deverá apresentar duas folhas de batente ou oscilobatente pintadas na cor branca, com pinázio central, eventualmente conjugada com a cor castanho escuro em aros fixos.

Alertamos que o prédio apresentava chaminé no enfiamento da cozinha e fogão de piso térreo, tendo aparentemente sido desativada a conduta preexistente ao nível do primeiro piso para integração de armário embutido, desejavelmente a reverter, restabelecendo prumada de evacuação com saída acima da cobertura, reconstituindo a chaminé preexistente. A nova chaminé proposta no âmbito da presente operação resulta desenquadrada e desfasada.

Para conclusão do processo de legalização de obras deverá ser apresentado termo de responsabilidade complementar ao projeto de redes prediais de águas e esgotos, consistindo no levantamento de pontos visíveis e memória descritiva, nos termos e para os efeitos previstos no art.º 10º e n.º 8 e alínea c) do n.º 9 do art.º 20º do RJUE.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.18. Pedido de informação prévia ao abrigo do n.º 1 do art.º 14.º do Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, redação atual/Horta dos Sezões, artigo 4963, circular à zona desportiva, em Évora. Req;- Juventude Sport Clube. Processo 1.244.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a emissão de informação prévia favorável condicionada, conforme parecer técnico a seguir discriminado:

1. PRETENSÃO: Trata-se da apreciação do **Pedido de Informação Prévia**, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 14º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, **para obras de construção**, para o prédio sito na Horta dos Sezões, Circular á Zona Desportiva, com a área de 2932m^2 (de acordo com a descrição da conservatória do registo predial sob o nº 499/20070508 - freguesia Malagueira e Horta das Figueiras, concelho de Évora, com o objetivo de criação de **48 unidades habitacionais de tipologias T1 e T2.**
2. ENQUADRAMENTO: Segundo as regras do Plano de Urbanização de Évora (PUÉ) o edifício classifica-se de acordo com planta de zonamento como zona **H29** (zonas

habitacionais de expansão não tipificada), **EE6** (Estrutura Ecológica Urbana) **e E42** (Programação dos Equipamentos) e definem os seguintes parâmetros de edificabilidade:

H29- Bandas contínuas a criar. A de Poente variando entre os 2 e 3 pisos e a Nascente entre os 3 e 4 pisos; cada uma delas nivelada por cima. – Artigo 55º do regulamento do PUÉ. A proposta apresenta 4 pisos (3 acima da cota de soleira e 1 abaixo da cota de soleira).

EE6- Espaços verdes de proximidade, esta tipologia insere-se na classe de Espaços verdes de Proteção e Enquadramento. – Alínea b), ponto 2 do Artigo 36.º-A do regulamento do PUÉ.

E42 – Área ocupada com instalações desportivas dos clubes Juventude e Lusitano, a renovar nos termos previstos no nº2 do artigo 42.º-A. – Artigo 42.º do regulamento do PUÉ.

De acordo com o acima descrito, o artigo 42.º-A diz respeito à alteração de uso e define os seguintes parâmetros:

1 – A alteração da programação especifica dos equipamentos prevista no artigo 42.º, compete à Câmara Municipal, desde que devidamente fundamentado em razão das necessidades e do desenvolvimento da Cidade.

2- A Câmara Municipal delibera mediante a elaboração de instrumentos urbanísticos a aprovar para o efeito e a desenvolver nos termos previstos no artigo 78.º, sobre a ocupação para outros usos, que não estão previstos no artigo 39.º, nas áreas e equipamentos referidos no nº 2 do artigo 40.º

3- Para efeito do referido no número anterior, deverão ser tomados como termos de referência para elaboração dos instrumentos urbanísticos a desenvolver, os seguintes:

a) Índice de utilização bruto máximo equivalente a IUB=0.45;
b) Usos a admitir para além de equipamentos de utilização coletiva: habitação, comércio, serviços, turismo e outras atividades económicas compatíveis com as áreas envolventes, devendo ser fundamentada a distribuição da capacidade edificatória total a programar em função dos novos usos a propor de modo a garantir a plurifuncionalidade das áreas a urbanizar;
c) Número máximo de pisos: 3;
d) Área de cedência obrigatória de parcelas de uso coletivo: a dimensionar de acordo com o estipulado em PDM admitindo-se, em alternativa, a adoção de mecanismos de compensação.

ESTACIONAMENTO– artigo 58º do regulamento do PUE

Habitação coletiva: 1,8 lug x 48 fogos = 86.4 LPA

Destes, 60% no domínio público: 51.84 LPA

(86.4 – 51.84 = 34.56 LPA)

Total: 86 LPA (52 LPA no Domínio Público + 35 LPA no interior do lote)

A proposta apresenta 39 LPA no domínio público (NÃO CUMPRE) e 48 LPA no interior (CUMPRE)

A proposta dá resposta ao número de lugares preconizado no artigo 58º do regulamento do Plano de Urbanização de Évora. **Porém**, por forma a dar cumprimento ao total de lugares de estacionamento no domínio público, são contabilizados 13 lugares existentes na Avenida Sanches Miranda. A dimensão dos lugares de estacionamento, aquando da submissão do projeto de arquitetura será verificada, pois nos elementos agora apresentados não é possível verificar se cumpre as dimensões mínimas regulamentares.

Em contrapartida, e para efeitos de aceitação da contabilização dos lugares existentes, poderá ser determinada a execução de melhorias ao nível das condições de circulação pedonal no passeio confinante, ao longo da Avenida Sanches Miranda, designadamente através da continuidade das zonas diferenciadas de circulação já existentes a poente.

A memória descritiva refere 3452.99m^2 de área do prédio, no entanto, a área da descrição da Conservatória é de 2932m^2. Deverá esta questão ser resolvida na CRPE.

(**NOTA:** Pela dimensão do projeto, o mesmo será analisado como uma operação urbanística com um impacto semelhante a loteamento, nos termos do artigo 29º do regulamento Municipal da

Edificação, Urbanização e de Taxas Urbanísticas em vigor, em que, todos os trabalhos nos espaços exteriores, designadamente nas zonas a ceder ao domínio público e nas zonas de carácter privado do condomínio devem ser salvaguardadas.)

3. APRECIAÇÃO: **O edifício proposto** tem como uso **habitação,** em sistema de habitação coletiva, num total de **48** frações, dividido em dois blocos, dos quais 24 frações são de tipologia T1, e 24 frações são tipologia T2.

Piso -1: (Semi-cave) Estacionamento
Piso 0: 16 frações habitacionais (8 -T1 e 8-T2)
Piso 1: 16 frações habitacionais (8 -T1 e 8-T2)
Piso 2: 16 frações habitacionais (8 -T1 e 8-T2)

4. Cérceas e nº de pisos:

A proposta de desenho urbano articula dois blocos, criando assim uma banda continua, com um conjunto de apartamentos virados para a Avenida Sanches Miranda e ou outros para a rua proposta a tardoz do lote, denominada de Rua A.

5. DESENHO URBANO – CONSIDERAÇÕES

a) Para acesso ao interior do prédio é proposta a criação de um arruamento (RUA A), a tardoz do lote, que dará acesso ao estacionamento em cave e em "domínio público".

O desenho urbano proposto na envolvente da implantação dos blocos habitacionais apresenta alguma ambiguidade funcional, na medida em que o arruamento proposto (Rua A) se destina exclusivamente ao acesso automóvel ao estacionamento, não assegurando continuidade viária ou integração clara na malha urbana envolvente.

b) Relativamente à ligação à rede de águas e esgotos, segundo informação da UAS, anexa ao processo, não é possível garantir a drenagem gravítica das águas pluviais da rua A, nas condições da proposta urbanística. A drenagem pluvial da rua A só é exequível, com instalação de infraestruturas públicas em prédios particulares até à sua descarga na linha de água. A proposta urbanística não mereceu acolhimento favorável por parte da Unidade de Água e Saneamento nas condições atuais e, de acordo com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis em vigor.

c) De acordo com o parecer interno solicitado à DORU, através de EDOCEVORA/2026/23193, é descrito que "Deverá ser viabilizado o arruamento previsto na proposta de PUE (via supralocal) com orientação sensivelmente norte-sul e que articula a Av Sanches Miranda à Rua Armando Antunes Silva (Fábrica da Bolota) e que implicará a deslocação da implantação do edifício proposto para nascente. Neste sentido, o acesso à parte posterior da parcela deve ser deslocado para poente, permitindo a execução do troço norte da referida via supralocal e implicando a deslocação (translação) do edifício para nascente, mantendo este a geometria de implantação proposta, as dimensões e a edificabilidade prevista. O perfil do arruamento a executar deverá respeitar os perfis tipos previstos no regulamento do PUE e deverá ser implantado na parcela em causa. A eixo o arruamento deverá ter um afastamento de 8,75m, perfazendo um perfil de 17,5m (passeio + betuminoso + passeio). Anexamos a implantação do arruamento em imagem de satélite."

d) A informação referente ao enquadramento urbano na envolvente, solução de RSU e arranjos exteriores ficará condicionada à reformulação da proposta, de modo a assegurar o cumprimento dos rácios previstos no Plano de Urbanização de Évora.

e) Aquando da formalização da entrega do projeto de arquitetura, deverá ser apresentada fundamentação para a eventual cedência da denominada Rua A ao domínio público.

Atendendo a que o referido arruamento se destina exclusivamente ao acesso ao estacionamento dos lotes em causa, entende-se que, até à concretização do desenvolvimento urbano da envolvente e respetiva integração na malha urbana, o mesmo deverá permanecer integrado na área privada do empreendimento, afeta ao condomínio. Nesta situação, poderá revelar-se necessária a relocalização dos contentores de RSU para a Avenida Sanches Miranda, junto à frente urbana das edificações propostas.

f) As áreas de cedência para domínio público deverão encontrar-se devidamente identificadas e quantificadas nas peças desenhadas e escritas a apresentar em fase subsequente.
g) Sem prejuízo do cumprimento do número de lugares de estacionamento exigido pelo artigo 58.º do Regulamento do Plano de Urbanização de Évora, a aceitação da contabilização dos lugares de estacionamento existentes na Avenida Sanches Miranda poderá ficar condicionada à execução de melhorias das condições de circulação pedonal no passeio confinante, designadamente através da continuidade e qualificação das zonas diferenciadas de circulação.

6. PROPOSTA: Pelo exposto considera-se a pretensão favorável, condicionada ao cumprimento das considerações elencadas no ponto 5 da presente informação, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Mais se informa que, de acordo com o nº 2, do artº 4 do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação) do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, a pretensão fica sujeita ao procedimento subsequente de licenciamento, uma vez que se trata de uma operação urbanística com impacto semelhante a uma operação de loteamento.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.19. Pedido de emissão de certidão de compropriedade/Quinta do Feijão – Espinheiro, Artigo 38, Secção J, em Évora. Req: Cercidiana - Cooperativa para a Educação e Reabilitação e Inserção de Cidadãos Inadaptados de Évora, CRL. Processo 1.4682.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho de 11/06/2024: "Concordo.", lavrado sobre o parecer dos serviços que se transcreve:

Propõe-se a emissão de certidão de compropriedade, com posterior ratificação em sede de RCM – Reunião de Câmara Municipal.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

5.20. Auto de divisão em propriedade horizontal/Largo Sr. da Pobreza, n.ºs 5, 5A e 6, em Évora. Req.: Joaquim Maria camarate de Campos Gusmão. Processo 1.343.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a homologação do auto.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.21. Auto de divisão em propriedade horizontal/ Rua do Borralho, n.ºs 25 e 27, em Évora. Req.: Maria Celeste Martins Rogado Andrade de Moura. Processo 1.2570.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a homologação do auto.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

5.22. Auto de divisão em propriedade horizontal/Rua da Prata, n.ºs 17 e 17 R/C, em Évora. Req.: Relevos e Contornos, Lda. Processo 1.13968.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a homologação do auto.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6. – SOCIOCULTURAL

6.1. Cedência de transporte à Casa do Povo de Nª Srª de Machede, dias 25 de julho e 29 de agosto.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
A Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede solicitou a cedência de autocarros municipais para assegurar a deslocação da sua Banda Filarmónica às seguintes iniciativas:
25 de julho – participação na Corrida de Touros das Alcáçovas; (valor estimado: 181,66€)
29 de agosto – participação na Corrida de Touros de São Manços. (valor estimado: 90,25€)
A Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede constitui uma coletividade cultural com reconhecida relevância na promoção e preservação do património musical tradicional, desenvolvendo uma atividade regular de interesse cultural e comunitário que contribui para a valorização do concelho de Évora e para a divulgação do seu movimento associativo.
As deslocações em causa destinam-se à participação da Banda Filarmónica em eventos de natureza cultural e recreativa, enquadrando-se diretamente na prossecução dos fins estatutários da associação, designadamente a promoção da atividade musical, a participação em manifestações culturais e a representação da comunidade local.
Nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 5, alínea d), do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, podem beneficiar de isenção ou redução das taxas devidas as associações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e factos que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários ou se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal.
Considerando que a Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede é uma associação legalmente constituída e que as deslocações solicitadas se destinam ao desenvolvimento da atividade da sua Banda Filarmónica, contribuindo para a promoção da cultura popular e para a valorização do associativismo cultural do concelho, entende-se que o pedido reúne os pressupostos previstos na referida disposição regulamentar.
Nestes termos, propõe-se a cedência dos autocarros municipais solicitados para os dias 25 de julho de 2026 e 29 de agosto de 2026, ao abrigo do artigo 7.º, n.º 5, alínea d), do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

6.2. Isenção de taxas pela licença especial de ruído à Casa do Povos dos Canaviais.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente, datado de 09/06/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
A Casa do Povo de Canaviais solicitou a emissão de Licença Especial de Ruído para a realização de um baile de finalistas a promover na sua sede, no dia 9 de junho, a qual tem um valor de 30,76€.
Nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 5, alínea d), do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, encontram-se isentas do pagamento de taxas as associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, bem como outras entidades cuja utilidade social seja reconhecida pelas autoridades

competentes, relativamente aos atos e factos que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários ou se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal.
A Casa do Povo de Canaviais constitui uma associação legalmente constituída, com reconhecida intervenção social, cultural e recreativa na freguesia de Canaviais e no concelho de Évora, desenvolvendo regularmente atividades de promoção comunitária, cultural e de convívio social, enquadradas nos seus fins estatutários.
O evento em causa – baile de finalistas – reveste-se de natureza recreativa e sociocultural, promovendo a participação dos jovens finalistas, das respetivas famílias e da comunidade local, contribuindo para a dinamização associativa, o reforço da coesão social e a valorização da vivência comunitária. Trata-se, assim, de uma iniciativa compatível com os objetivos estatutários da entidade promotora e suscetível de ser considerada de interesse público municipal, na medida em que fomenta a participação cívica, o associativismo local e a oferta de atividades socioculturais dirigidas à população.
Verificando-se cumulativamente a natureza associativa da requerente e o enquadramento da atividade nos respetivos fins estatutários, bem como a relevância social e comunitária da iniciativa, encontram-se reunidos os pressupostos previstos no artigo 7.º, n.º 5, alínea d), do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora para a concessão da isenção das taxas devidas pela emissão da Licença Especial de Ruído.
Face ao exposto, propõe-se a atribuição da isenção do pagamento das taxas associadas à emissão da referida licença.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

6.3. Cedência de transporte à Confraria dos Enófilos do Alentejo, dia 18 de junho.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente, datado de 05/03/2025, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
A Confraria dos Enófilos do Alentejo solicitou a cedência de transporte municipal para participação na Gala dos Vinhos do Alentejo no dia 18 de junho, iniciativa de reconhecido interesse para a promoção, valorização e divulgação do património vitivinícola alentejano, setor que assume particular relevância económica, cultural e identitária para o concelho de Évora e para a região do Alentejo.
A participação da Confraria neste evento enquadra-se diretamente nos seus fins estatutários, designadamente na promoção da cultura vínica, na divulgação dos vinhos do Alentejo e na valorização das tradições e produtos regionais, contribuindo simultaneamente para a afirmação de Évora enquanto território de excelência associado ao setor vitivinícola.
Neste contexto, a cedência de transporte municipal reveste-se de manifesto interesse público municipal, na medida em que possibilitou a representação institucional de uma associação local cuja atividade promove o património cultural e económico do concelho, reforçando a projeção externa de Évora e das suas entidades associativas.
O presente pedido encontra enquadramento no disposto no artigo 7.º, n.º 5, alínea d), do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora, que prevê a isenção das taxas devidas por associações culturais, sociais, religiosas, desportivas ou recreativas legalmente constituídas, relativamente aos atos e factos que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários ou se destinem à prossecução de atividades de interesse público municipal.
Considerando que a Confraria dos Enófilos do Alentejo é uma associação legalmente constituída e que a participação na Gala dos Vinhos do Alentejo se enquadra nos seus objetivos estatutários, bem como na promoção de atividades de reconhecido interesse público municipal, entende-se

estarem reunidas as condições para a concessão da cedência de transporte municipal, com a correspondente aplicação do regime previsto no referido normativo regulamentar.
Este apoio representa um valor de 316,99€.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

6.4. Isenção de taxas urbanísticas referentes às obras de ampliação e requalificação do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão da APPACDM.

O senhor Vereador Jorge Parreirinha apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a isenção de taxas referentes às obras de ampliação e requalificação do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão da APPACDM.
A APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Évora, solicita o apoio do Município com a isenção do pagamento das taxas referentes a obras de ampliação do equipamento social situado no Bairro do Escurinho, com o processo 1.8960, no valor de 18.626,62€, calculadas de acordo com o art.º 9º do RTTORME e com o art.º 30º do RMEUTU, conforme informação da DGU.
A entidade é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com estatuto de Utilidade Pública, que refere que as obras de ampliação e requalificação no Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão permitem aumentar o número de utentes de 45 para 60 pessoas diariamente, bem como ampliar a oferta de atividades.
Esta isenção pode ser enquadrada ao abrigo do disposto na alínea b), ponto 3 do artigo 7º do mesmo regulamento que refere que "A Câmara Municipal poderá, mediante deliberação fundamentada, isentar ou reduzir as taxas administrativas devidas pela realização de operações urbanísticas relativamente a pessoas coletivas de direito público, instituições particulares de solidariedade social ou outras entidades, relativamente a operações urbanísticas que digam respeito a equipamentos cuja utilidade social seja, em qualquer caso, reconhecida pelas autoridades competentes."
Propõe-se assim a isenção de taxas.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

7. – SERVIÇOS OPERACIONAIS

7.1. Aprovação das Modificações Objetivas 04-Alteração Anormal e Imprevisível, da Empreitada de Recuperação Estrutural dos Antigos Celeiros da EPAC – Adjudicatário: STAP-Reabilitação Estrutural, S.A.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente de 05/06/2026, referente à aprovação das Modificações Objetivas 04-Alteração Anormal e Imprevisível, da empreitada acima identificada.
Somos a propor a aprovação de modificação objetiva ao contrato nos seguintes termos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nomeadamente referente a necessidade de realização de trabalhos referentes a medida de emergência no valor de **108.969,23€ (s/iva),** conforme proposta datada de 26/05/2026 do empreiteiro, nos termos dos **artigos 311.º a 313.º do CCP**;
b) Como consequência o empreiteiro adquire o direito à modificação do contrato em vez de uma compensação financeira, segundo critérios de equidade, nos termos do **n. º2 do artigo 314.º do CCP**;
c) Início da execução da presente modificação a 01 de junho de 2026, de forma a garantir a disponibilização da Rua do Cicioso no dia 8 de junho. data de referência para a feira de

São João, e essencial para garantir a acessibilidade ao evento e à cidade, face aos restantes constrangimentos de tráfego;

d) Levantamento da suspensão do tráfego pedonal e de veículos no espaço público da Rua do Cicioso (Rua de Eborim), no dia 08/06/2026, com a execução do escoramento da parede confinante com o arruamento referido;

e) Levantamento da suspensão dos trabalhos nas salas 0.1 e 1.1, decorridos os 30 dias do prazo de execução da totalidade dos escoramentos das fachadas;

f) O prazo de execução da modificação objetiva é de 30 dias.

No processo:

• Parecer da Diretora de Fiscalização e respetivos anexos;

• Cabimento da importância mencionada.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

7.2. Plano de trabalhos, plano de pagamentos e cronograma financeiro referente à Empreitada de Requalificação do Rossio de São Brás | 1ª fase. Adjudicatário: Domingos da Silva Teixeira, S.A.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação do Plano de Trabalhos, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro, referente à empreitada acima identificada.

Nos termos do artigo 361.º e 361-A do Código dos Contratos Públicas e da cláusula 7 e 9 do Caderno de Encargos da empreitada, propõe-se a aprovação do Plano de Trabalhos ajustado, do Plano de Pagamentos ajustado e correspondente Cronograma Financeiro.

Mais se regista que o Plano de Pagamentos aprovado, servirá de base ao cálculo da revisão de preço nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação.

No processo:

1. Parecer do Diretor de Fiscalização;
2. Plano de Trabalhos;
3. Plano de Pagamentos;
4. Cronograma Financeiro.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

8. – ORDENAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

8.1. Atribuição de dominialidade pública a arruamento situado dentro do perímetro urbano do Bairro da Caeira na União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde. Processo 285.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se que a CME aprove a atribuição de dominialidade pública a arruamento situado dentro do perímetro urbano do Bairro da Caeira, nos termos definidos nas especificações e remeta o assunto para aprovação da Assembleia Municipal.

Propõe-se a classificação como caminho público do arruamento situado dentro do perímetro urbano do Bairro da Caeira, numa extensão de 300,00 metros.

Importa referir que:

- Foi elaborado parecer técnico fundamentando a proposta;

- Foi consultada a Junta de Freguesia de União das Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde, que emitiu parecer favorável;

- Foi publicado Edital, conforme cópia que se anexa, para audiência dos interessados, não tendo sido apresentado nenhuma reclamação ou sugestão à proposta em causa.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

9. – APOIO ÀS FREGUESIAS

9.1. Cedência de transporte à União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde, dias 14 e 22 de julho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
A União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde solicita o apoio na cedência de autocarro para o passeio anual dos reformados e idosos a Setúbal, no dia 14 de julho (Freguesia do Bacelo) e 22 de julho (Freguesia da Senhora da Saúde).
O custo estimado deste pedido é de **1000,52€**, tendo por base o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

9.2. Aprovação dos valores respeitantes à execução do Contrato Interadministrativo da Junta de Freguesia de São Bento do Mato, para aterro, referente aos meses de janeiro, março, maio e junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, veio introduzir um novo regime normativo de enquadramento de delegação de competências, através da sua contratualização, possibilitando que os órgãos dos municípios deleguem competências nos órgãos das freguesias, em domínio dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio às comunidades locais.
Neste âmbito, foram celebrados com as Juntas de Freguesia Contratos Interadministrativos através dos quais o Município de Évora delegou a seguinte competência: Recolha de Resíduos Urbanos Volumosos e transporte para aterro.
Deste modo propõe-se, ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de 2025, a aprovação do valor a pagar de **1 365,00 €** no âmbito da delegação de competências no domínio do ambiente e salubridade à Junta de Freguesia de São Bento do Mato, correspondentes a treze recolhas e respetivos transportes para o aterro. Este valor enquadra-se nos cálculos de referência acordados em sede de Contrato Interadministrativo.

Junta de Freguesia	**Ref. EDOC**	**JAN.**		**MAR.**	
		valor por transporte	**nº transportes**	**valor por transporte**	**nº transportes**
São Bento do Mato	ENT_EVORA/2026/17857	177,60 €	2	177,60 €	3
		TOTAL	**355,20 €**	**TOTAL**	**532,80 €**

MAI.	**JUN.**

valor por transporte	nº transportes	valor por transporte	nº transportes
159,00 €	2	159,00 €	1
TOTAL	**318,00 €**	**TOTAL**	**159,00 €**

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

9.3. Isenção do pagamento de taxas de licença especial de ruído, à Fundação Salesianos de Évora, dia 12 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propõe-se a ratificação do despacho do Sr. Presidente, datado a 12/06/2026, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, n.º 3 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam.
A Fundação Salesianos de Évora solicitou a isenção de taxas relativas à emissão de Licença Especial de Ruído, para realizar a Festa da Família, um convívio entre a Comunidade Educativa e os Encarregados de Educação, no âmbito do final do Ano Letivo, para o dia 12 de junho.
Trata-se de uma Fundação de carácter social, educativo e religioso, está inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora, onde faz prova das condições necessárias para beneficiar de apoios públicos.
Esta isenção tem o valor de 30,76€, segundo o RTTORME.
A proposta de isenção pode ser enquadrada através da alínea d) do número 5 do artigo 7º do RTTORME, em que se refere a possibilidade de isenção de taxas a "associações ou fundações culturais, sociais, religiosas, (...) relativamente aos atos e factos que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários (...)". É este o caso em apreço uma vez que se trata da realização de eventos sociais e educativos conformes aos fins estatutários da entidade.
Acresce que a atividade em causa – a Festa da Família – constitui uma iniciativa de carácter educativo, social e comunitário, promovendo o envolvimento das famílias na vida escolar e o fortalecimento dos laços entre a comunidade educativa e os encarregados de educação. Trata-se de uma ação integrada no encerramento do ano letivo, alinhada com a missão educativa e social da Fundação Salesianos de Évora e com os seus fins estatutários, revestindo-se de manifesto interesse para a comunidade escolar e local. Neste contexto, justifica-se a atribuição da isenção da taxa associada à emissão da Licença Especial de Ruído.
Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

9.4. Isenção do pagamento de taxas de licença especial de ruído, de recinto improvisado, ocupação de espaço público e apoio logístico à União de Freguesias de Évora, ao evento Venham Lá os Santos, de 6 a 20 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Proposta de ratificação do despacho do Sr. Presidente datado 03/06/2026 nos termos e para os efeitos do art.º 35, nº 3, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
A União de Freguesias de Évora solicitou a colaboração da CME para a realização do evento designado por "Venham Lá os Santos", que teve lugar entre os dias 6 e 20 de junho, no Largo da Porta de Moura, Praça 1º de Maio, Largo d'Álvaro Velho, Praça do Giraldo e Largo de Aviz, ao abrigo do ponto 5 do art.º 7 do RTTORME, propõe-se a isenção do pagamento das respetivas taxas e apoio logístico, de acordo com o seguinte:

Largo da Porta de Moura (6 de junho)
- Licença especial de ruído
- Licença de ocupação de espaço público

Praça 1º de Maio (9 de junho)
- Licença especial de ruído
- Licença de ocupação de espaço público
- Acesso a ponto de eletricidade
- Cedência de estrado
- 6 contentores
- Disponibilização dos sanitários públicos existentes dentro do Mercado Municipal de Évora
- Corte de trânsito

Largo d'Álvaro Velho (9 de junho)
- Licença especial de ruído
- Licença de ocupação de espaço público
- Cedência de estrado
- Corte de trânsito

Praça do Giraldo (11, 12 e 13 de junho)
- Licença especial de ruído
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado
- Licença de ocupação de espaço público
- Acesso a ponto de eletricidade
- Cedência de 6 postes brancos
- Ilhas de reciclagem
- Disponibilização e higienização dos sanitários públicos existentes na Rua Bernardo de Matos
- Cedência de 14 grades do mercado
- Corte de trânsito

Largo de Aviz (20 de junho)
- Licença especial de ruído
- Licença de ocupação de espaço público
- Acesso a ponto de eletricidade
- Cedência de estrado
- Corte de trânsito

O total estimado destes apoios ronda os **4320,32 €** segundo indicação dos respetivos serviços municipais, a este valor acrescem os custos com trabalho extraordinário.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

9.5. Isenção do pagamento de taxas de licença especial de ruído, de recinto improvisado, ocupação de espaço público e apoio logístico à União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde, ao Arraial Igreja Paroquial de Santo António, dia 13 de junho.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Propôs a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado 12/06/2026 nos termos e para os efeitos do art.º 35, nº 3, do Anexo I da lei nº 75/2013 de 12 de setembro.
A União de Freguesias de Bacelo e Senhora da Saúde solicitou a colaboração da CME para a realização do evento designado por "Arraial Igreja Paroquial de Santo António", que teve lugar no dia 13 de junho, na Rua da Esperança, Bairro de Santo António, ao abrigo do ponto 5 do art.º 7 do RTTORME, propõe-se a isenção do pagamento das respetivas taxas e apoio logístico, de acordo com o seguinte:
- Licença especial de ruído, com um valor de **55,19€**
- Licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado, com um valor de **8,93€**

- Licença de ocupação de espaço público, com um valor de **164,39€**
- Cedência de estrado, com um custo estimado de **133,43€**
- Corte de trânsito, com um custo estimado de **68,80€.**

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

10. – PROTEÇÃO CIVIL

10.1. Protocolo de Colaboração com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Évora.

O senhor Vereador Jerónimo José apresentou a seguinte proposta:
Atualização do valor anual de acordo com a clausula terceira nº 1 do protocolo de colaboração com atribuição de apoio financeiro anual à AHBVE no âmbito do Sistema de Proteção Civil Municipal.
O referido apoio tem como assento o seguinte e considerando que:
A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto que republica o diploma, define no seu artigo 1.º proteção civil como a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram. No seu artigo 2.º refere que a atividade de proteção civil tem caráter permanente, multidisciplinar e plurissectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores;

1. A AHBVE, conforme a Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto tem como escopo principal a proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou naufrágios e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em atividade, para o efeito, o corpo de bombeiros voluntários, com a sua missão definida;
2. A AHBVE tem assumido um papel fundamental dentro do concelho, não só no que respeita ao referido em 1 e 2 do enquadramento do protocolo de colaboração, mas também na prestação de atividades de cariz social às populações e diversas instituições, constituindo-se fundamental para o socorro às populações;
3. A AHBVE tem exercido e desenvolvido todas as ações enquadráveis e previstas no artigo 4.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto que republica o diploma, e tem colocado ao dispor do Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Evora, representado pelo Presidente da Câmara Municipal como Autoridade Municipal de Proteção Civil, todos os meios operacionais, humanos e logísticos necessários em qualquer situação de emergência ou calamidade pública.
4. Os Bombeiros Voluntários de Evora têm apoiado em muitas situações os serviços municipais quer em situações de emergência quer em situações de prevenção em situações críticas e urgentes.

Propõe-se a comparticipação financeira para 2026 no âmbito do protocolo, de uma verba anual de 240.000,00€ (duzentos e quarenta mil euros), considerando que à data da celebração do presente Protocolo, em 2026 o montante da verba é de 195.000,00€ no presente ano de 2026, acrescidos do pagamento obrigatório dos seguros à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Évora assim como do pagamento referente às duas equipas de intervenção permanente aprovadas e protocoladas em documento próprio, totalizando cerca de 344 091,00€/ano.

Deliberação:
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de senhor Vereador.

III – APROVAÇÃO EM MINUTA: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todos os pontos da Ordem do Dia da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

IV – PERÍODO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Verificaram-se as seguintes intervenções:
Esteve presente **a senhora Ana Maria Valentim**, antiga técnica da Cercidiana, em representação de um grupo de antigos colaboradores e participantes no processo de construção e instalação da instituição, que recordou o esforço desenvolvido pelos pais dos utentes para aquisição e adaptação de um espaço destinado à educação, formação e integração dos seus filhos na sociedade. Salientou o empenho dos pais, muitos dos quais já faleceram ou não reúnem atualmente condições para defender a causa pela qual lutaram, bem como o trabalho desenvolvido pelos profissionais da instituição, que contribuiu para a formação e integração de vários utentes na vida profissional e social, sublinhando que os pais procuraram deliberadamente um espaço aberto e integrado na comunidade, rejeitando uma solução que remetesse os seus filhos para um espaço segregado. Manifestou preocupação perante a possibilidade de alienação das instalações, questionando de que forma um espaço adquirido e destinado a uma finalidade social poderá ser vendido para outro uso e em benefício de quem, considerando que caberá às entidades responsáveis avaliar a situação e determinar se o imóvel, pela sua natureza e finalidade social, poderá ser alienado ou deverá manter-se afeto a uma função de interesse social.

No âmbito do mesmo ponto, esteve igualmente presente **a senhora Maria Serra,** cooperante n.º 1 da Cercidiana há 46 anos, tendo sublinhado a sua responsabilidade ética, moral e social no compromisso de salvaguarda do património da Quinta do Feijão, enquanto espaço que, ao longo dos anos, assegurou respostas a muitas pessoas e manteve uma relação aberta com a comunidade. Recordou a colaboração da instituição com as escolas e a comunidade, bem como diversas iniciativas de divulgação e angariação de fundos, incluindo a disponibilização pela Câmara Municipal de um protótipo de uma casa alentejana na Praça do Giraldo, utilizada durante vários anos para a campanha do Pirilampo Mágico. Referiu já ter exposto a sua posição nas Assembleias Gerais e junto dos órgãos sociais e da direção da instituição. Apelou às entidades, aos diferentes quadrantes políticos e à comunidade em geral para que manifestem solidariedade na defesa da Quinta do Feijão, património e sede histórica da Cercidiana, defendendo a sua manutenção como equipamento e resposta social inclusiva. Salientou a importância da continuidade dos projetos nas áreas ambiental, rural, terapêutica e artística dirigidos às pessoas com deficiência e à comunidade, sublinhando, por fim, a necessidade urgente de preservar os equipamentos sociais existentes face à escassez de respostas e instalações dedicadas no Concelho de Évora.

Ainda no mesmo contexto, esteve presente **a senhora Maria Madalena**, que referiu que a Quinta do Feijão foi adquirida com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal, tendo sido localizado um registo de 1980 que confirma a comparticipação municipal através da cedência de materiais e pessoal para as obras de adaptação do edifício a escola de educação especial e pré-profissional, sublinhando assim, o caráter público e coletivo do esforço que esteve na origem da aquisição e adaptação do espaço. Informou ainda que, na sequência de contactos com os serviços jurídicos da Câmara e com a Segurança Social, foi transmitido que a Quinta do Feijão integra a Carta Social do Concelho, pelo que, enquanto se

mantiver essa classificação, a sua utilização deverá estar associada a uma resposta ou equipamento social, não podendo ser adquirida para fins de turismo rural ou exploração agrícola sem prévia alteração daquela situação. Defendeu a possibilidade de o Município ponderar a aquisição do imóvel, cujo valor de venda terá descido de 1,5 milhões de euros para cerca de 800 mil euros, considerando que poderia constituir uma resposta complementar à Ludoteca, designadamente como quinta pedagógica, espaço terapêutico através de atividades com animais e espaço para desenvolvimento de atividades artísticas e ambientais. Referiu ainda a transferência, em setembro de 2024, de cerca de 60 pessoas, entre utentes e trabalhadores, da Quinta do Feijão para o Polo do Rossio de São Brás, espaço intervencionado com financiamento FEDER e inicialmente previsto para 25 utentes, mas que atualmente acolhe cerca de 40, salientando que, apesar de a Segurança Social reconhecer a inexistência de respostas alternativas que permitam reduzir o atual acordo, o espaço não dispõe ainda do licenciamento necessário, tendo a intervenção realizada alterado significativamente o edificado. Informou, por fim, que aguarda parecer da Divisão de Urbanismo sobre a situação.

O senhor Presidente cumprimentou as munícipes, agradeceu as suas intervenções e esclareceu que a situação relativa à Quinta do Feijão insere-se no âmbito do direito privado, salientando, contudo, que o PDM estabelece que aquele espaço apenas poderá ser utilizado para uma atividade de natureza similar, não estando prevista qualquer alteração do respetivo uso por parte do Município, referindo ainda que eventuais publicitações de utilização diversa não terão fundamento face ao disposto no PDM. Relativamente às alegadas obras ilegais no Polo do Rossio, informou que o Município já solicitou à DGU (Divisão de Gestão Urbanística) a realização de fiscalização, encontrando-se o espaço em processo de vistoria.

Esteve presente **o senhor Manuel Francisco Seabra** que manifestou preocupação com a relocalização dos equipamentos de recolha de resíduos na Urbanização do Moinho, nomeadamente pela sua concentração junto a um cruzamento onde, segundo referiu, existem problemas de sinistralidade sinalizados à Câmara há vários anos, considerando positiva a instalação de passadeiras, mas alertou para a redução da visibilidade provocada pela localização dos contentores, agravando uma situação já condicionada pela existência de um posto de transformação. Referiu ainda fortes impactos no bem-estar dos moradores, devido ao ruído noturno associado à deposição de vidro, aos odores provenientes dos resíduos indiferenciados e ao derramamento de líquidos, incluindo álcool, salientando que vários agregados familiares próximos têm dificuldade em manter as janelas abertas e descansar. Criticou a ausência de uma reunião ou contacto prévio entre a Câmara e os moradores antes da intervenção realizada, segundo indicou, de forma muito rápida, elogiando a pronta resposta do Presidente da Junta de Freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras ao seu contacto e lamentou que alguns dos endereços de correio eletrónico divulgados pela Câmara se encontrem inativos. Sublinhou ainda os problemas de limpeza e dispersão de resíduos provocados pelo vento e pela utilização dos contentores. Por fim, referiu ter apresentado por escrito três soluções alternativas para os problemas identificados, defendendo uma distribuição mais adequada dos equipamentos, particularmente dos destinados à recolha seletiva, de modo a melhorar as condições dos moradores e incentivar a reciclagem.

O senhor Presidente cumprimentou o munícipe, manifestou compreensão pela situação exposta agradecendo a sua intervenção e concedeu a palavra ao senhor Vereador Jerónimo José.

O senhor Vereador Jerónimo José informou que não tinha conhecimento do e-mail do munícipe, embora tivesse tomado conhecimento da situação por outras vias e solicitado aos serviços que verificassem o caso, considerando excessiva a concentração do número de contentores naquele local e determinando que fosse corrigida. Referiu que irá também analisar as

propostas apresentadas pelo munícipe, que serão avaliadas pelos serviços, manifestando a expectativa de que a situação seja corrigida com a maior brevidade possível, agradecendo por fim, o contributo do munícipe.

Esteve presente **o senhor João Paulo Barrambana** que colocou a questão da participação dos cidadãos de Évora nas consultas públicas relativas às zonas de aceleração para a implementação de energias renováveis, atualmente em curso, referindo a documentação disponibilizada no âmbito do processo, nomeadamente um conjunto de pareceres com cerca de 474 páginas, destacando o parecer do Património Cultural, I.P., e as preocupações aí expressas relativamente à eventual afetação dos critérios que fundamentaram a classificação do Centro Histórico de Évora como Património Mundial da UNESCO.
Questionou o Executivo sobre três aspetos principais: em primeiro lugar, qual a posição das diferentes forças políticas representadas relativamente a esta matéria; em segundo lugar, se a Câmara Municipal de Évora, enquanto entidade responsável pela salvaguarda do bem classificado, pretende participar formalmente na consulta pública e defender os interesses patrimoniais do Concelho; e, por fim, que medidas poderão ser adotadas para incentivar uma maior participação dos cidadãos nestes processos.
Recordou que, numa consulta pública anterior sobre matérias semelhantes, terão participado apenas cinco cidadãos de Évora, defendendo que é necessário melhorar a divulgação e criar condições para a participação da população, nomeadamente tendo em conta as dificuldades de utilização das novas tecnologias por parte de uma população envelhecida, alertando ainda para a existência de novas consultas públicas previstas para o mesmo ano, relacionadas com a implantação de duas grandes centrais fotovoltaicas, considerando importante preparar, desde já, a Câmara e a população para esses processos.

O senhor Presidente cumprimentou o munícipe e agradeceu a sua intervenção, considerando-a também um incentivo à participação dos cidadãos na consulta pública, sublinhando a importância desta consulta, particularmente no que respeita à localização de centrais de produção de energia eólica e solar. Informou ainda que a Câmara Municipal de Évora está a preparar uma resposta técnica fundamentada à UNESCO, que deverá ser enviada nos dias seguintes, explicando que este procedimento surgiu na sequência de uma questão colocada pelo Grupo Juntos pelo Divor, que levou a UNESCO a solicitar esclarecimentos ao Município sobre a matéria, sendo que a Câmara irá, assim, prestar os esclarecimentos solicitados.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim referiu que a posição sobre esta matéria já havia sido expressa pela Câmara Municipal de Évora, designadamente através de uma declaração comum aprovada por unanimidade em 27 de agosto de 2024, manifestando o apoio ao desenvolvimento das energias renováveis, distinguindo-o, contudo, da instalação de grandes centrais concentradas, defendendo uma maior dispersão das unidades de produção. Relativamente à consulta pública em curso, referiu que deverá existir uma pronúncia pública sobre a matéria e que os projetos poderão ainda sofrer alterações e incorporar condicionantes decorrentes dos processos de avaliação, informando igualmente que dispõe de informação técnica em análise e que, na sequência da audição municipal realizada sobre o tema, foram aprofundadas as preocupações relativas ao impacto visual dos grandes projetos, quer sobre a cidade, quer a partir da cidade para a paisagem envolvente, acrescentando que existe articulação com o Património Cultural e que será procurado um contributo positivo para a salvaguarda dos interesses da cidade. Esclareceu, por fim, que não se pronunciaria naquele momento sobre a posição da CCDR, por entender não ser aquele o fórum adequado para o efeito.

O senhor Vereador Alexandre Varela referiu que a posição da CDU relativamente à matéria em discussão é conhecida, salientando a necessidade de, na apreciação dos projetos de energias

renováveis, serem ponderadas, para além das questões relacionadas com a capacidade de receção de energia, as dimensões patrimonial, ambiental e arqueológica do território, sublinhando, em particular, a relevância do património arqueológico e ambiental existente no Concelho de Évora e a necessidade de assegurar a sua salvaguarda no âmbito dos processos de decisão relativos à implantação de infraestruturas de produção de energia.
Recordou, a título de exemplo, anteriores processos relativos às Minas da Boa Fé e à implantação da infraestrutura ferroviária na envolvente do Centro Histórico, considerando que os mesmos demonstraram a importância da concertação entre as diferentes forças políticas e a participação da população na defesa dos interesses do território.
Por fim, manifestou o seu apoio à continuidade do trabalho desenvolvido pelas estruturas cívicas que têm acompanhado esta matéria e à promoção da participação e sensibilização da população, alertando para a necessidade de uma avaliação ponderada dos impactos dos projetos e para a salvaguarda de valores que possam ser afetados de forma irreversível.

O senhor Vereador Rúben Migueis reconheceu a importância da transição energética e da produção de energia de fontes renováveis, salientando, contudo, a necessidade de ponderar a dimensão e o modelo de implantação dos projetos previstos para o território, referindo em particular, os projetos previstos para a zona da Graça do Divor, destacando a existência de valores paisagísticos, ambientais, patrimoniais e turísticos que considera deverem ser salvaguardados, designadamente a barragem, a ecopista, o património megalítico e as atividades associadas ao turismo de natureza.
Considerou pertinente promover o diálogo entre o Município, os proprietários dos terrenos e os restantes interessados, tendo em vista a procura de soluções de entendimento relativamente à dimensão e localização das áreas destinadas às centrais, procurando compatibilizar a produção de energia renovável com a proteção do património, da natureza e dos interesses das populações locais, defendendo por fim, a realização de uma reunião com as partes interessadas, com o objetivo de avaliar possíveis soluções e, designadamente, a eventual redução das áreas previstas para implantação das centrais, de forma a minimizar os impactos sobre a população e o território.

O senhor Presidente, relativamente aos processos em apreciação, salientou que os mesmos estão sujeitos aos procedimentos legalmente estabelecidos, assumindo contudo, dois compromissos: em primeiro lugar, que a Câmara Municipal de Évora se oporá a qualquer investimento ou intervenção que possa pôr em causa a classificação do Centro Histórico de Évora como Património Mundial da Humanidade; em segundo lugar, que, no momento próprio, quando solicitado o respetivo parecer à Câmara Municipal de Évora pela entidade competente, serão devidamente ponderados e explicitados todos os impactos positivos e negativos associados aos investimentos em causa.

Esteve presente **o senhor António Joaquim Lopes** que apresentou dois assuntos para os quais solicitou esclarecimentos.
Relativamente ao primeiro, informou ter recebido uma comunicação da Câmara Municipal, na sequência de despacho do senhor Presidente, referente à execução de obras sem licenciamento, relacionada com a instalação de equipamentos de ar condicionado num estabelecimento de restauração situado na zona da Horta das Tâmaras, esclarecendo que os equipamentos em causa já se encontravam instalados anteriormente e que, entretanto, procurou proceder à sua regularização, tendo contactado os serviços municipais e manifestado disponibilidade para realizar as intervenções necessárias, referindo contudo, ter encontrado dificuldades na concretização dos trabalhos, designadamente por indisponibilidade dos profissionais necessários para a sua execução. Manifestou ainda a sua preocupação relativamente à fiscalização municipal, considerando existir falta de uniformidade na atuação perante situações semelhantes e referindo a existência de outros equipamentos de ar condicionado instalados no mesmo edifício e noutros

locais sem, no seu entender, idêntico procedimento de fiscalização, recordando igualmente a situação relativa à sua habitação, no Bairro da Torregela, construída em 1986, relativamente à qual referiu continuar pendente a licença de utilização.
O munícipe apresentou, como segundo assunto, diversas preocupações relativas ao estado de conservação e limpeza do Bairro da Torregela, referindo a existência de pavimentos degradados e de uma acumulação de resíduos e objetos junto a contentores, local onde, segundo afirmou, ocorreu anteriormente um incêndio, permanecendo no local materiais queimados e outros resíduos, manifestando também preocupação com o estado de conservação dos espaços verdes e da zona envolvente à ribeira da Torregela, referindo a existência de vegetação excessiva, equipamentos por reparar e intervenções que, segundo relatou, terão ficado incompletas. Informou ter contactado a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, tendo recebido resposta desta última, mas considerando que as situações apresentadas permanecem por resolver, salientando por fim a importância de melhorar as condições de conservação e manutenção dos bairros e dos espaços públicos da cidade, tendo em consideração a preparação de Évora para 2027 e a sua relevância enquanto destino turístico.

O senhor Presidente considerou que a melhoria das condições referidas constitui um objetivo comum e solicitou ao munícipe que, sempre que tenha conhecimento de situações concretas relativamente a eventuais tratamentos diferenciados, as comunique ao Município, de forma a permitir a respetiva verificação, salientando a necessidade de analisar situações concretas e devidamente identificadas.
Relativamente ao caso apresentado, informou que a Arquiteta Andrea se encontra a acompanhar a situação e procurará dar o devido seguimento ao processo.

O senhor Vereador Jerónimo José informou ter conhecimento das situações apresentadas pelo munícipe, reconhecendo a necessidade de intervenção nas vias da zona da Torregela, referindo que, na sequência de várias ruturas ocorridas naquela zona e das intervenções, entretanto realizadas, as vias apresentam necessidades de recuperação.
Informou, por fim, que a recuperação dessas vias se encontra prevista e integrada nas prioridades da empreitada que o Município se prepara para iniciar.

Esteve presente **o senhor André Ventinhas** que manifestou preocupação relativamente à sustentabilidade financeira das famílias e das instituições públicas, designadamente dos municípios e dos governos, considerando importante assegurar uma gestão responsável dos recursos e a existência de mecanismos de salvaguarda para fazer face a eventuais situações futuras adversas, referindo a este propósito, diferentes formas de resposta aos níveis de défice e endividamento, defendendo a necessidade de equilíbrio na gestão das contas públicas.
Relativamente às Zonas de Aceleração para a Implantação de Energias Renováveis (ZAER), referiu ter acompanhado a discussão sobre a matéria e manifestou preocupação quanto aos potenciais impactos da sua implementação, designadamente nos solos, linhas de água, ecossistemas, património megalítico, paisagem, saúde pública e espécies protegidas.
Por fim, considerou que, perante as questões suscitadas, deverá ser assegurada uma análise ponderada dos projetos e dos respetivos impactos, entendendo que a aceleração da implantação de energias renováveis deverá ser acompanhada de adequada ponderação e salvaguarda dos valores existentes no território.

O senhor Presidente cumprimentou o munícipe, agradeceu a sua intervenção e relativamente à questão das zonas de aceleração para a implantação de energias renováveis, esclareceu que o conceito de «aceleração» assenta na identificação dos solos mais adequados para a instalação de projetos de energias renováveis, tendo em consideração aqueles que apresentam menores necessidades de procedimentos e de medidas de mitigação, permitindo, assim, uma tramitação

mais célere, sublinhando a importância das energias renováveis para a autonomia estratégica do país e manifestou a sua concordância com o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Governo nesta matéria, considerando fundamental a elaboração de um mapa que identifique os solos mais adequados à produção de energia renovável.

Esteve presente **a senhora Inês Frazão**, presidente da Associação de Pais da Escola Básica do Chafariz D'el Rei, que informou que a sua intervenção tem como objetivo obter esclarecimentos relativamente à situação da escola e às condições previstas para os alunos.
Referiu que a Associação de Pais já tinha reunido diversas vezes com o Executivo Municipal, mas que continuavam a surgir informações divergentes, nomeadamente relativamente às soluções previstas e ao ponto de situação dos trabalhos, sendo que, nesse sentido, solicitou ao senhor Presidente informação concreta sobre as intervenções já realizadas na escola, o atual estado do processo e os prazos previstos para a resolução da situação, questionando igualmente se o Executivo Municipal tinha procurado auscultar os professores e os pais relativamente às condições em que as crianças se encontravam e à forma como estava a decorrer a sua adaptação à situação existente.
Solicitou ainda esclarecimentos sobre a proposta apresentada pelo Executivo Municipal para o próximo ano letivo, questionando, designadamente, se o Senhor Presidente tinha conhecimento da solução discutida e acordada na reunião de 27 de maio e da proposta atualmente em análise.
Salientou que a principal preocupação da Associação de Pais são as crianças e que a solução a encontrar não se deve limitar ao número de salas de aula, devendo igualmente garantir condições adequadas para as atividades lúdicas e para os períodos de recreio, essenciais ao seu desenvolvimento emocional, físico e social. Nesse sentido, manifestou apreensão quanto à dimensão reduzida do espaço de recreio previsto na proposta do Executivo, por considerar que a mesma fica aquém das reais necessidades dos alunos.
Por fim, reafirmou a disponibilidade da Associação de Pais para colaborar e cooperar com a Câmara Municipal, com o objetivo de encontrar uma solução adequada para a escola e para os seus alunos.

O senhor Presidente em resposta às questões colocadas, referiu que, no dia 23, teve oportunidade de contactar diretamente com algumas das crianças da Escola Básica do Chafariz D'El Rei, tendo procurado perceber como estavam a viver a situação e constatado o desejo manifestado pelas mesmas de regressarem à sua escola.
Manifestou compreensão pelas preocupações e sentimentos dos pais e salientou a necessidade de encontrar soluções através do diálogo e da cooperação entre a Associação de Pais e o Executivo Municipal, esclarecendo que, não obstante não se encontrar em condições de apresentar, naquele momento, respostas definitivas para todas as questões colocadas, assumia o compromisso de trabalhar conjuntamente com os pais no sentido de encontrar as melhores soluções possíveis para as crianças.
Referiu ainda que existem procedimentos e circunstâncias que condicionam a atuação do Município, designadamente os decorrentes das intempéries e das dificuldades processuais, mas sublinhou que a prioridade será encontrar, em diálogo com os pais, uma solução que tenha em consideração o bem-estar das crianças e as necessidades de todos os alunos do Concelho.

O senhor Vereador Rúben Migueis começou por felicitar os pais dos alunos da Escola Básica do Chafariz D'El Rei pela iniciativa de se fazerem ouvir e pela participação cívica demonstrada, considerando-a importante para o exercício da cidadania e para a defesa dos interesses das crianças. Referiu que, na sequência da vistoria realizada à escola, teve oportunidade de se deslocar ao local e acompanhar os trabalhos desenvolvidos pelos funcionários municipais, tendo observado diretamente as condições existentes, considerando a sua experiência na área da construção e a intervenção em edifícios antigos, manifestando a possibilidade de algumas das

intervenções previstas poderem ser reavaliadas, designadamente através de uma análise técnica complementar, com vista a aferir a efetiva necessidade e dimensão dos trabalhos a realizar.
Nesse sentido, propôs a realização de uma reunião conjunta, envolvendo o senhor Presidente, os representantes das diferentes forças políticas, técnicos com experiência na área e a Associação de Pais, com o objetivo de analisar as conclusões da vistoria, avaliar as intervenções necessárias e procurar encontrar soluções que permitam acelerar o processo de reabertura da escola aos alunos.

O senhor Vereador Alexandre Varela saudou a presença dos representantes da Associação de Pais e a sua iniciativa de procurar, conjuntamente com o Executivo Municipal, encontrar uma solução para a situação da Escola Básica do Chafariz D'El Rei.
Manifestou a expectativa de que o Executivo Municipal e os serviços técnicos sejam sensíveis às preocupações apresentadas e que, através do diálogo e da cooperação entre todas as partes, seja encontrada uma solução adequada, tendo como principal prioridade o bem-estar das crianças, o seu direito à aprendizagem e as condições de trabalho dos professores e demais funcionários da escola, salientando a importância da compreensão e da tolerância entre todas as partes, tendo em consideração os constrangimentos existentes, e defendeu que deverão ser cumpridas todas as regras e exigências técnicas e de segurança aplicáveis a um equipamento escolar e a uma intervenção desta natureza.
Por fim, solicitou ao senhor Presidente que acompanhasse o processo e interviesse, dentro das suas possibilidades, no sentido de contribuir para a resolução célere da situação, sublinhando que a questão deverá ser tratada com espírito de cooperação e sem motivações político-partidárias, colocando no centro das decisões a resolução concreta do problema e o interesse das crianças.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho referiu que a situação da Escola Básica do Chafariz D'El Rei já tinha sido abordada anteriormente durante a reunião, sob diferentes perspetivas, salientando, contudo, a importância de voltar a colocar o foco nas condições concretas que serão asseguradas às crianças durante o próximo ano letivo.
Considerou que a solução transitória prevista deverá ser reavaliada e melhorada, tendo em conta as preocupações manifestadas pelos pais e a experiência anteriormente verificada na Escola Gabriel Pereira, sublinhando que, perante a existência de uma questão estrutural no edifício e estando em causa a segurança das crianças, é consensual a necessidade de realizar as intervenções necessárias e de garantir que as mesmas sejam executadas com a devida qualidade.
Defendeu, no entanto, que a solução provisória para o próximo ano letivo deverá ser pensada de forma mais abrangente e eficaz, evitando que uma solução inicialmente apresentada como temporária se prolongue no tempo e se torne, na prática, definitiva, referindo que a experiência do presente ano letivo terá evidenciado dificuldades ao nível comportamental e do aproveitamento escolar de algumas crianças, aspetos que deverão ser considerados na definição da próxima solução, salientando ainda a importância de assegurar condições adequadas de convivência e integração entre as quatro turmas, designadamente garantindo que as respetivas salas se encontrem próximas e que as crianças disponham de condições apropriadas para a interação durante os períodos de recreio.
Por fim, destacou a necessidade de acautelar as questões relacionadas com o ambiente escolar e o bem-estar psicológico das crianças, tendo em consideração as especificidades do primeiro ciclo e os desafios decorrentes da sua integração num estabelecimento de ensino com alunos de diferentes níveis de escolaridade.

Não havendo mais intervenções por parte do público e dos senhores Vereadores, **o senhor Presidente** deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, bem como o trabalho de quem assegurou a transmissão, gravação, acompanhamento e preparação da reunião.

Terminada a reunião pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos o senhor Presidente da Câmara deu por findos os trabalhos dos quais, para constar, se redigiu a presente ata que eu ..., Coordenadora de Unidade de Administração Geral, redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

(Carlos Zorrinho)